

**O papel do Empreendedorismo Social na
sustentabilidade do Associativismo
O caso da Associação EcoGerminar**

Margarida Maria Antunes Cardoso

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Empreendedorismo e Inovação Social
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Alcides Almeida Monteiro

janeiro de 2022

Pensamento

*“Todos nós somos empreendedores.
A vontade de criar coisas está no nosso DNA.”
Reid Hoffman*

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram para a realização desta dissertação, que de alguma forma deram o seu apoio, sendo este fundamental para mim, a todos os que tiveram paciência para aguentar os meus desânimos durante este processo, mas, no entanto, me deram forças para continuar.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram em todas as minhas decisões, por estarem sempre presentes, pela confiança que diariamente depositam em mim, foram o meu suporte me incentivando e que sempre me ensinaram que nunca devemos desistir dos nossos sonhos, uma vez que o não está sempre garantido.

Ao meu orientador, Professor Doutor Alcides Monteiro, que se mostrou sempre disponível, com paciência para comigo e sempre pronto a ajudar neste meu processo de aprendizagem e de investigação, esclarecendo as minhas dúvidas, partilhando a sua experiência e conselhos.

Á Associação EcoGerminar, que desde o primeiro contacto, se demonstraram interessados e disponíveis para ajudar neste trabalho de dissertação de mestrado.

Á minha família do coração e aos meus vizinhos pela companhia, pela compreensão e pelo apoio que sempre me deram quando estava triste e acreditaram sempre de que era capaz de cumprir esta etapa.

Resumo

Nos dias de hoje, estamos perante uma sociedade cada vez mais globalizada, marcada pelo desenvolvimento, que salienta a importância de uma reflexão sobre o Empreendedorismo Social, que tem vindo a assumir relevo perante o número crescente de iniciativas. Nos últimos anos, o Empreendedorismo Social é um fenómeno que tem vindo a suscitar uma crescente atenção por parte de académicos, profissionais e políticos dos diversos quadrantes.

Portugal enfrenta a situação económica e social mais crítica da sua história recente, perante a pandemia atual do Covid-19 antecipada da crise financeira vivida nos últimos anos. Esta crise económica agudiza a situação de cada vez mais pessoas, o que leva a que as entidades que trabalham na área social a dedicar uma especial atenção aos que se encontram em desvantagem económico-social.

As entidades, mais conhecidas por ONG's (Organizações Não Governamentais), como por exemplo as associações, não conseguem fazer milagres, pois também se deparam com problemas diariamente, despertando para o risco da sustentabilidade social e financeiro, e conseqüentemente, atingindo os seus projetos/iniciativas. Uma das formas usadas para ultrapassar estas dificuldades é concorrendo a concursos e candidaturas para financiamento de projetos, sejam eles locais, nacionais, europeus e mesmo mundiais, pois não apresentam capacidade financeira autossuficiente para garantir a sua sustentabilidade do projeto/iniciativa por meios próprios.

Este é o propósito que dá o mote a esta investigação, pretende-se identificar, analisar e perceber o papel do Empreendedorismo Social na sustentabilidade da Associação EcoGerminar, identificando a sua influência sobre a sustentabilidade da associação, pois considero que existe a necessidade de promover a visibilidade do Empreendedorismo Social na realidade de uma associação, como a EcoGerminar.

Palavras-chave

Empreendedorismo; Empreendedorismo Social; Empreendedor Social; Sustentabilidade;

Abstract

Nowadays, we are facing an increasingly globalized society, marked by development, which highlights the importance of a reflection on Social Entrepreneurship, which has come to assume importance in the face of the growing number of initiatives. In recent years, Social Entrepreneurship is a phenomenon that has been attracting growing attention from academics, professionals and politicians from different areas.

Portugal is facing the most critical economic and social situation in its recent history, given the current Covid-19 pandemic, anticipated in the financial crisis experienced in recent years. This economic crisis is worsening the situation of more and more people, which leads entities that work in the social area to pay special attention to those who are economically and socially disadvantaged.

Entities, better known as NGOs (Non-Governmental Organizations), such as associations, cannot work miracles, as they also face daily problems, awakening to the risk of social and financial sustainability, and consequently, reaching their projects/initiatives. One of the ways used to overcome these difficulties is competing for tenders and applications for financing projects, whether local, national, European or even global, as they do not have self-sufficient financial capacity to guarantee the sustainability of the project/initiative by their own means.

This is the purpose that sets the tone for this investigation, it is intended to identify, analyze and understand the role of Social Entrepreneurship in the sustainability of the EcoGerminar Association, identifying its influence on the sustainability of the association, as I believe there is a need to promote visibility of Social Entrepreneurship in the reality of an association such as EcoGerminar.

Keywords

Entrepreneurship; Social Entrepreneurship; Social Entrepreneur; Sustainability;

Índice

Lista de Figuras.....	xiii
Lista de Tabelas	xiii
Índice de Gráficos	xiii
Lista de Apêndices	xv
Lista de Anexos	xv
Introdução	1
Capítulo 1: Revisão de Literatura	3
1.1. Terceiro Setor	3
1.2. Organizações Sociais.....	11
1.3. Empreendedorismo	14
1.3.1. Empreendedorismo: teorias e perspectivas	14
1.4. Empreendedorismo Social.....	20
1.5. O Empreendedor Social	28
Capítulo 2: Sustentabilidade.....	33
Capítulo 3: Metodologia	38
3.1. Propósito da investigação	38
3.1.1. Objetivos.....	38
3.2. Metodologia da Investigação	39
3.2.1. Estratégia de investigação	40
3.3. Estudo caso - O caso da Associação EcoGerminar	42
3.3.1. Caracterização da instituição	42
3.3.2. Enquadramento geográfico	43
3.3.3. Recursos institucionais.....	43
3.3.4. Voluntariado na Associação EcoGerminar.....	44
3.3.5. Caracterização do Contexto Local de Enquadramento	44
a. Redes de Parcerias	44
b. Caracterização da População Alvo	45
3.3.6. O Empreendedorismo Social na Associação EcoGerminar.....	45
3.4. Recolha de Dados.....	48
Capítulo 4: Análise e discussão dos resultados	50
4.1. Discussão de Resultados.....	56
Conclusão.....	66
Bibliografia	68
Legislação consultada	79
Apêndices.....	80
Anexos.....	84

Lista de Figuras

Figura 1 – Configuração institucional do empreendedorismo social	23
--	----

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Tipologia das entidades de Economia Social	9
Tabela 2 - Caracterização do perfil dos entrevistados	50

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Ótica territorial - NUTS II.....	62
Gráfico 2 – Ótica territorial - NUTS III.....	62
Gráfico 3 – Valor Acrescentado Bruto.....	63
Gráfico 4 – Emprego remunerado (ETC) da Economia Social	64
Gráfico 5 – Países que têm implementado a Economia Social.....	64

Lista de Apêndices

Apêndice A – Convite de colaboração - Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Inovação Social

Apêndice B – Guião das Entrevistas

Apêndice C – Análise das respostas a cada pergunta da entrevista

Lista de Anexos

Anexo A – Estatutos da Associação EcoGerminar

Introdução

Portugal enfrenta a situação económica e social mais crítica da sua história recente, perante a pandemia atual do Covid-19 antecipada da crise financeira vivida nos últimos anos. Esta crise económica agudiza a situação de cada vez mais pessoas, o que leva a que as entidades que trabalham na área social a dedicar uma especial atenção aos que se encontram em desvantagem económico-social.

Nos dias de hoje, estamos perante uma sociedade cada vez mais globalizada, marcada pelo desenvolvimento, que salienta a importância de uma reflexão sobre o Empreendedorismo Social. Este tem vindo a assumir relevo perante o número crescente de iniciativas. Nos últimos anos, o Empreendedorismo Social é um conceito que tem vindo a suscitar uma crescente atenção por parte de académicos, profissionais e políticos dos diversos quadrantes. Ao promover a capacitação e o espírito empreendedor da sociedade civil, colocados ao serviço de respostas dirigidas a uma miríade de necessidades sociais, o empreendedorismo social perfila-se como um constructo teórico-prático novo, com características, princípios e valores próprios, mobilizado na Europa em contexto de crise económica e social.

O conceito de Empreendedorismo Social é cada vez mais uma constante nos tempos atuais, conseqüente ao contexto de crise social e aos diversos problemas económicos e ambientais que se verificam na sociedade Nunes (2016, p. 2), visto que emerge no contexto de crise e desafios sociais, económicos e ambientais com que se têm vindo a deparar as sociedades contemporâneas, em prol de soluções inovadoras para problemas de ordem social, cada vez mais relevantes na nossa sociedade, sendo mesmo considerado um dos campos de análise e intervenção nas áreas científicas e políticas (Nicholls, 2006).

O problema destas organizações sem fins lucrativos, está na dificuldade de manterem uma estabilidade financeira e social, pelo que poderão estar dependentes de financiamento. Este problema é vivenciado diariamente na nossa sociedade, pelo que é relevante compreender qual é a importância do Empreendedorismo Social na sustentabilidade no Associativismo, neste caso, analisando a Associação EcoGerminar.

A sustentabilidade é um tema intrínseco à natureza do Empreendedorismo Social, onde a sustentabilidade da entidade é cada vez mais importante no seu dia a dia e nas atividades/projetos desenvolvidos e promovidos por ela, uma vez que para ser sustentável precisa ser economicamente lucrativa, ambientalmente correta e socialmente responsável, onde as ações são partes da gestão e não apenas pontuais. Desta forma, os desafios da sustentabilidade além do levantamento e da aplicação adequada de recursos financeiros, implica investimento no desenvolvimento das pessoas que fazem

parte da organização, melhorando a qualidade dos serviços e adequando-os às necessidades das comunidades.

A ideia desta dissertação surgiu, mediante as pesquisas efetuadas, alusivas ao tema do Empreendedorismo Social, de onde surgiu a necessidade e curiosidade de identificar, compreender e como poder promover a atuação do Empreendedorismo Social na sustentabilidade na Associação EcoGerminar, porque se trata de um fenómeno significativo e com um campo de análise interessante e ainda pouco explorado, afirmado por diversos autores, e é, deste mesmo modo, fundamentada com a importância e a visibilidade que o conceito tem vindo a conquistar.

Com base nesta fundamentação e tentado cumprir à risca os objetivos planeados, pode dizer-se que se apresenta o desenvolvimento deste trabalho em duas partes: o enquadramento teórico e os resultados obtidos da investigação.

A primeira parte, é composta por dois capítulos considerados essenciais, o capítulo 1 e 2. O Capítulo 1, denominado como a revisão da literatura de suporte ao estudo empírico, os conceitos Terceiro Setor, de Organizações Sociais, de Empreendedorismo, Empreendedorismo Social, Empreendedor Social, onde se procura expor uma abordagem histórica em relação à evolução das práticas sociais para se enquadrar o surgimento do Empreendedorismo Social. Por sua vez, o capítulo 2, expõe o conceito da Sustentabilidade e como surge relacionada com o Empreendedorismo Social.

Numa segunda parte, desenvolvida em 2 capítulos, os capítulos 3 e 4. No capítulo 3, denominado de Metodologia, descreve-se toda a estratégia metodológica da investigação, desde o Propósito da investigação, os objetivos, o Estudo caso - O caso da Associação EcoGerminar, fazendo referência à caracterização da instituição, o seu enquadramento geográfico, os seus recursos institucionais, o voluntariado na Associação EcoGerminar, a caracterização do contexto local de enquadramento, o papel do Empreendedorismo Social na Associação EcoGerminar, a metodologia utilizada na Investigação, as estratégia de investigação e a recolha de dados. Por sua vez, o capítulo 4, diz respeito à análise e discussão dos resultados obtidos através da investigação, onde se expõem-se os resultados obtidos e os analiso tendo em conta os objetivos deste trabalho.

Por último, apresentar-se-á a conclusão, onde estará exposta uma breve análise ao trabalho desenvolvido, acompanhada de uma reflexão acerca das principais conclusões obtidas com a realização desta investigação, assim como, algumas limitações e sugestões de futuras linhas de investigação.

Capítulo 1: Revisão de Literatura

Com este capítulo, pretende-se fazer o levantamento dos conceitos teóricos e dos fundamentos teóricos através da literatura existente, passíveis de suportar o corpo da investigação, criando assim um quadro conceptual alusivo à temática a desenvolver.

Desta forma, e de acordo com o enquadramento de investigação considera-se pertinente discutir e explicitar os conceitos de Terceiro Setor, Organizações Sociais, Empreendedorismo, para de seguida desenvolver o Empreendedorismo Social e o Empreendedor Social, e posteriormente o conceito de Sustentabilidade.

Numa primeira abordagem ao conceito do Terceiro Setor, é importante compreender e distinguir o que é o Empreendedorismo Social, como surge o fenómeno e compreender como está relacionado com a Economia Social, para de seguida analisar a importância das Organizações Sociais. De seguida uma primeira abordagem ao conceito de empreendedorismo social é importante compreender e distinguir o que é o empreendedorismo social, como surge o fenómeno e o que distingue este conceito do empreendedorismo dito tradicional.

1.1. Terceiro Setor

Atualmente, a sociedade civil é essencialmente dividida em três sectores, o setor público, o setor privado e o terceiro sector, por isso é importante procurar explicar e diferenciar estes três setores, para de seguida aprofundar o Terceiro Setor.

Em Portugal, na Constituição da República Portuguesa (artigo 82º) está delineada a existência de três sectores: o sector privado, o sector público e o sector cooperativo e social; e a Economia Social ao abranger entidades tão heterogéneas como cooperativas, mutualidades, misericórdias, fundações e associações, equipara-se a este sector cooperativo e social (INE e CASES, 2013, p.14).

O primeiro, o setor público é formado pelo Governo (nacional, regional e local), ou seja, este setor é de interesse público e tem como objetivo intermédio o lucro, uma vez que quando apresenta lucro, reinveste-o, de maneira a ir para o Estado. O segundo é composto pelas empresas privadas, pelo que se pode entender que este setor procura o lucro. O Terceiro Setor é considerado como sendo o conjunto das associações e entidades que, obrigatoriamente, não tenham fins lucrativos e atuem no país executando serviços e atividades de utilidade pública. Podem, também, fazer parte deste sector, sociedades privadas, desde que o seu objetivo não seja obter lucros (Franco, Sokolowski, Hairel & Salomon, 2007).

O Terceiro Sector provém de uma tradição anglo-saxónica, particularmente impregnada pela ideia da filantropia, caracterizada por um pensamento liberal e neoclássico, especialmente norte-americano. É utilizado em sociedades cujo estado social não apresenta uma grande tradição. Esta noção surgiu na primeira metade do século XIX, aquando dos movimentos operários na Europa e a consequente experiência da ajuda mútua, da cooperação e da associação (Morgado, 2013, p.10).

O Terceiro Sector, na perspetiva de Salamon (1998:5), citado por Morgado (2013, p.10) é caracterizado como um reflexo das nítidas mudanças sociais e tecnológicas e da falta de confiança na capacidade do Estado, o Terceiro Sector apresentou-se como uma imponente rede de organizações privadas autónomas para dar resposta a propósitos públicos, não voltadas para a distribuição de lucro e localizadas à margem do aparelho formal do Estado.

De acordo com Quintão (2011) e Salamon (1998), o termo “Terceiro Sector” passa por uma definição jurídica, do que não se inclui nem no sector público nem no privado, onde se nota que o conceito é, por si só, um tanto ou quanto marginalizado, uma vez que existe o sector público, o sector privado, e um terceiro sector que acomoda as vertentes que não encaixam nos anteriores e principais. Caracterizado, assim, por ser um sector que sofreu invisibilidade histórica e institucional, com funções complementares relativamente aos sectores públicos ou privado lucrativo, fazendo uso de palavras de Quintão (2011:5), citado por Morgado (2013). Entretanto, de forma positiva, o Terceiro Sector passou a ser encarado como alternativa aos dois principais sectores que acumulam cada vez mais falhas e ineficácia a lidar com necessidades/lacunas sociais.

A designação do conceito e definição para este tipo de organizações varia de país para país, isto é, a designação e definição repercutem a história e situação sociopolítica de cada país, e o exemplo disso mesmo é como o terceiro sector se caracteriza nos países da União Europeia. No Reino Unido, com a lei é tradicionalista, é usada a antiga expressão “caridades” (*charities*), que reflete a origem medieval do termo e reforça a vertente da doação, dar de si para o outro, que caracteriza boa parte das relações idealizadas nesta matéria (Evers & Laville, 2004). Por sua vez, na França é utilizado o termo “economia social” e nos países anglo-saxónicos é frequente empregar os termos “setor voluntário”, “terceiro setor” e “organizações não governamentais”, convergindo todas para um conjunto semelhante de organizações, independentemente da amplitude de cada uma (Filho, 2002). Na Europa Continental predomina a expressão “organizações não-governamentais”, mais conhecidas pela sua versão em inglês, “non profit organization”.

Em Portugal, o surgimento do Terceiro Setor está relacionado com aspetos marcantes da história do nosso país. Segundo Franco em consonância com outros autores (Franco *et al.*, 2005), os acontecimentos ocorridos estão ligados à igreja católica,

a durável tradição de mutualidade e autoajuda do país, a extensa história de controlo político, e nas últimas décadas o desenvolvimento de elementos-chave de um Estado de bem-estar moderno e uma delegação evolutiva do Estado nas organizações não lucrativas.

Pela ligação de Portugal à Igreja Católica, foi evidente a influência que esta exerceu para o despoletar do Terceiro Setor, na criação de diversas instituições conduzidas pelos princípios de solidariedade social, mutualismo e cooperação. Desta forma, já no século XV as Misericórdias começaram a emergir, tendo como objetivo dar resposta à pobreza no país. Porém, para se ver o surgimento do Terceiro Setor na sua plenitude, foi necessário esperar até ao século XIX (Campos, 2013).

Segundo Britto & Bittencourt (2008) citado por Marques (2014), surge como consequência da falência do Estado do bem-estar social, ou seja, do setor público, sendo este o principal provedor de serviços sociais aos cidadãos. Montañó (2002) relata ainda que o Terceiro Setor surge, como uma denominação disfarçada pelas organizações da sociedade civil, ocupando o lugar das organizações do Estado ou do mercado na resposta às inquietações sociais da época. Como um reflexo das nítidas mudanças sociais e tecnológicas e da falta de confiança na capacidade do Estado, o Terceiro Sector apresentou-se como uma imponente rede de organizações privadas autónomas para dar resposta a propósitos públicos, não voltadas para a distribuição de lucro e localizadas à margem do aparelho formal do Estado (Salamon, 1998:5).

Para Quintão (2004) existem quatro grandes etapas para explicar a emergência e evolução do Terceiro Setor, sendo estas:

- I) Foram três os principais movimentos sociais surgidos em alternativa à economia capitalista: o cooperativismo, o mutualismo e o associativismo, que perante o agravamento da pobreza na classe operária, e pela visão de fortes problemas sociais e económicos existentes, estas iniciativas revolucionárias do século XIX, tendo como atores os cidadãos e coletividades da sociedade civil, organizaram-se para dar resposta a necessidades sociais sentidas;
- II) Ao longo do século XIX, os três movimentos pioneiros, desenvolveram a sua atividade nos vários setores de atividade. Surge, neste período, o conceito de Economia Social em França, conciliando estes novos movimentos. Já na passagem para o século XX, foram estabelecidos enquadramentos legais para estas organizações, o que traduziu um novo desenvolvimento;
- III) Após a Segunda Guerra Mundial, as áreas de intervenção das organizações do Terceiro Setor foram transformadas, ao longo de três décadas, por consequência da formação do Estado Providencia que passou a regular toda a atividade desenvolvida pelos movimentos sociais (com os sistemas de proteção

social, como agente económico, produtor de bens e serviços públicos e regulador da atividade económica);

- IV) Esta última fase caracterizou-se pela renovação das organizações do Terceiro Setor nos últimos 30 anos e a configuração heterogénea e difusa na viragem para o século XXI. Devido ao que tem sido designado como a “nova questão social” (pela crise, a globalização económica, a retração dos Estados Providencia, com transformações nas políticas do mercado de trabalho e da proteção social), o Terceiro Setor desenvolveu-se em duas vertentes. Por um lado, a aproximação dos vários ramos do Terceiro Setor, bem como a renovação de iniciativas para dar resposta aos novos e velhos problemas de pobreza, exclusão social e desemprego (Quintão, 2004).

De acordo com Melo Neto & Froes cit in Silva (2004:148 e 149), a emancipação do Terceiro Setor ao longo dos anos tem vários motivos, sendo estes: o agravamento das necessidades socioeconómicas; a crise do setor público; a maior disponibilidade de recursos para as ações sociais; o insucesso das políticas sociais tradicionais; o aumento dos serviços voluntários; o acréscimo de organizações religiosas; a queda do socialismo; a depravação ambiental; o aumento da violência; a maior participação das classes altas e médias nas iniciativas sociais; o aumento do apoio dos órgãos de comunicação social; o maior número de empresas a procurar a cidadania empresarial.

Como foi possível verificar, o Terceiro Setor, e as entidades que trabalham dentro dele, do ponto de vista económico, impulsionam-se como produtor de bens e serviços em muitas áreas da atividade económica (Quintão, 2004). A exclusão social e o contributo à construção do modelo social europeu é outro domínio onde o Terceiro Setor tem intervindo, onde se procedeu à criação de novas respostas para os novos problemas da sociedade, procurando implementar novos projetos ao nível económico e social que fossem uma opção à economia de mercado. Quintão (2004), diz-nos ainda que o Terceiro Setor contribuiu ainda para o desenvolvimento local, respondendo a situações, públicos-alvo e zonas menos desenvolvidas.

Porém, a determinada altura, o Terceiro Sector enfrentou bastantes limitações, e o desenlace que se perspetivou foi o de deixar entrar a economia sem prejuízo e transformá-la numa das suas dimensões, levando ao surgimento de um componente muito específico do Terceiro Sector, de acordo com Monteiro (2004, p.100), da qual passaram a fazer parte as mutualidades, as cooperativas, as associações e as fundações que exercessem uma atividade económica – a Economia Social.

Mas o que se entende por Economia Social? O conceito Economia Social data do século XIX, quando o assistencialismo e a caridade deram lugar, em certa parte, a conceitos como a entreaajuda e a solidariedade. Mas foi só na segunda metade deste

século que o termo começou a ser utilizado, a partir do momento em que se criaram e consolidaram estatutos jurídicos específicos. Já nos finais do século XIX e transição para o século XX registou-se grande efervescência deste movimento (Monteiro, 2004, p.102), e nesse último século a Economia Social era já altamente institucionalizada.

Laville (2006) citado por Aleixo (2014, p.6) *“refere que apesar das grandes revoluções dos séculos XVII e XVIII terem destruído a antiga ordem social, dando lugar ao reconhecimento dos direitos do homem e do cidadão, não eliminaram, contudo as diferenças de condições herdadas das sociedades tradicionais. Com o aparecimento da questão social desde o século XIX, a compatibilidade entre cidadania e desenvolvimento económico foi objeto de discussão e fez emergir as várias correntes associacionistas, ainda mais visíveis em França”*.

“A Economia Social foi notória na primeira metade do século XIX na Europa, particularmente na França, surgindo como um movimento associativista operário, que foi traduzido numa dinâmica de resistência popular, fazendo emergir um grande número de experiências solidárias generosamente influenciadas pelo mutualismo, cooperação e associação”. (Chaves, 2006 citado por Oliveira 2012, p.19)

Abordar a Economia Social em Portugal, não é de todo uma tarefa fácil, em parte, porque se pode constatar um primeiro crescimento do conceito de economia social que se expande desde o século XIX até ao regime Salazarista. Num cenário de controlo e repressão, o uso da noção de economia social perde-se ou fica reduzido a círculos muito pequenos.

Na perspetiva de Estivill (2017, p.21) *“Quase todos os trabalhos que incluem a análise histórica da economia social no país remetem a sua longa e rica tradição para o século XII dando como exemplos as mercearias, as confrarias leigas e eclesiásticas, as bolsas de comércio, as companhias das naus, as mútuas de gado, os celeiros comuns, as casas de misericórdia, os grémios, os montepios (casas de penhoras), a casa dos vinte e quatro, para não referir o conjunto de iniciativas mútuas, associativas e cooperativas do século XIX. A riqueza e diversidade deste itinerário experimental justificam a dificuldade de submetê-lo a uma única conceção”*.

Relativamente à Economia Social em Portugal, em seguida, serão apresentados os principais factos históricos da sua evolução, entre os quais se destacam:

- 1.** Longa e rica tradição que remonta ao século XII¹;
- 2.** A presença católica;

¹ (mercearias, as confrarias leigas e eclesiásticas, as bolsas de comércio, as companhias das naus, as mútuas de gado, os celeiros comuns, as casas de misericórdia, os grémios, os montepios (casas de penhoras), a casa dos vinte e quatro, para não referir o conjunto de iniciativas mútuas, associativas e cooperativas do século XIX).

3. O peso do setor público e a sua raiz predominantemente rural, em alguns casos ligada ao comércio externo;
4. Desenvolvimento peculiar do capitalismo que traz uma forte dependência externa;
5. O mercado interno fraco e a existência de uma rede de pequenas iniciativas, mais ou menos formais, de cariz artesanal, familiar e local;
6. Longos períodos de poder prepotente;
7. Persistência de uma sociedade providência onde a família e as mulheres desempenhavam um papel fundamental;
8. Oscilação entre uma personalidade fortemente individualista, ao lado de uma considerável capacidade de organização coletiva.

Na visão de Paiva (2001) citado por Estivill (2017, p.22) *“De qualquer forma, é inegável que a partir dos anos oitenta do século passado, o conceito de economia social tem sido cada vez mais utilizado na sociedade portuguesa. Emerge e consolida-se na vida académica. O número de teses, pesquisas, publicações e artigos aumenta. Penetra nos meios de comunicação. Para a defesa dos seus interesses e sua representação, criam-se plataformas e redes como, por exemplo, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e o Conselho Nacional de Economia Social (CNES)”*.

Namorado (2006) citado por Estivill (2017, p.23) *“alude a que o ressurgimento da noção de economia social em Portugal faz-se na mesma altura que em França e em alguns países europeus, nomeadamente Bélgica e Espanha, onde nos anos oitenta do século passado se vinha consolidando. Há que ter em conta a influência das instâncias europeias e dos estudos que se realizavam na época”*.

O Desenvolvimento do Observatório da Economia Social em Portugal (OBESP) indica que a Economia Social “oferece bens e serviços de modo a corresponderem a necessidades sentidas pelos indivíduos a que se destinam, independentemente da sua rentabilidade económica intrínseca, procurando que essa oferta seja efetuada otimizando a relação qualidade-preço”. As cíclicas crises evidentes após os anos 70 e 80 provocaram uma mudança na sociedade, trazendo, ao de cima, novas necessidades sociais, que por sua vez, mobilizaram os atores da sociedade civil e levaram a uma nova onda de associativismo e a uma nova geração da Economia Social (Levesque, 2005).

É possível, ainda, referir que a Economia Social é considerada um modelo transformante, uma vez que coloca as pessoas e as suas necessidades, capacidades e trabalho acima da acumulação de capital, ao defenderem um modelo socioeconómico mais equitativo e redistributivo. São formas económicas inovadoras que promovem a coprodução de bens, conhecimento e serviços sociais com base na cooperação entre os

diferentes setores e atores, promovendo a inclusão social e a coesão social de uma forma contínua e sustentável.

Na mais recente Lei de Bases da Economia Social, aprovada pela Assembleia da República a 15 de março de 2013, estão assentes as entidades que integram a Economia Social em Portugal (artigo 4º), entidades que são organizadas pela Economia Social e Solidária são designadas por Cooperativas, Associações, Fundações, Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social, como demonstra a tabela seguinte.

Tabela 1 – Tipologia das entidades de Economia Social

Tipologia das entidades de Economia Social		Objetivos
Pessoas coletivas (composta por pessoas singulares e/ou coletivas) sem fins lucrativos	Cooperativas	Satisfazer as necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais
	Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)	Dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade; Concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades.
	Associações	Especifica os bens ou serviços com que os associados concorrem, agrupadas em torno de objetivos e necessidades comuns.
	Fundações	Dotadas de um património suficiente e irrevogavelmente afeto à prossecução de um fim de interesse social
Ligadas à Igreja Católica (regem-se pelo direito civil e pelo direito canónico)	Misericórdias	Dar apoio prestado em respostas sociais para crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiência etc., e para a saúde, através de hospitais, clínicas, cuidados continuados, entre outros

Fonte: Elaboração Própria

Como é possível verificar na tabela 1, todas as entidades são compostas por pessoas coletivas sem fins lucrativos, e regem-se pelos mesmos princípios, entre os quais se destacam: o primado das pessoas e dos objetos sociais; a adesão e participação livre e voluntária; a natureza democrática dos processos de decisão; o respeito pelos valores da solidariedade, igualdade, não discriminação, coesão social, justiça, equidade, transparência, responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; a

ausência de finalidades lucrativas e a autonomia face ao Estado. Todavia, cada uma destas entidades guia-se consoante o público-alvo e as respetivas necessidades sentidas.

A questão da definição exata do conceito de Terceiro Setor ainda hoje promove debates académicos relevantes acerca da temática que envolve investigadores e teóricos. Merege (2000) citado por Marques (2014) consolida este ponto de vista, aludindo que a definição conceitual do termo Terceiro Setor tem fomentado a polémica dentro do mundo académico e fora dele também. Segundo Muraro & Lima (2003) as organizações do Terceiro Setor, desempenham ou sustentam atividades ou interesses comuns ou mútuos, voltadas para os interesses dos próprios participantes, integrando vários objetivos e atividades que podem ser culturais, comunitárias, recreativas, artísticas, profissionais ou desportivas.

De grosso modo, é possível concluir que como setor, o Terceiro Sector reúne todas as organizações sociais, é um território abrangente e de referência, separado do setor público pelo seu carácter privado e que, com os seus princípios sociais, de mutualidade e reciprocidade, se descola também do sector privado. Desta forma, é opinião de vários autores que o Terceiro Sector cai na generalização na hora de falar em organizações sociais.

A sua abordagem inscreve-se na ideia de filantropia que visualiza o Terceiro Sector, como sendo composto pelas organizações que em virtude das suas regras constitutivas, não podem distribuir benefícios pelos seus membros, as chamadas non-profit organizations, em português, as organizações não-governamentais.

Como já foi referido anteriormente, o conceito Terceiro Setor enquanto objeto de estudo emergente, é composto por um conjunto de organizações sem fins lucrativos, que advêm do surgimento de uma esfera pública não-governamental, nascida de iniciativas privadas com sentido público (Cardoso, 1997, cit in Bernardino, 2013). Com esta visão, iniciamos a abordagem ao subcapítulo seguinte onde tento realizar uma breve caracterização das organizações que compõem o Terceiro Setor. Desta forma, procede-se agora à análise de um outro conceito chave - o de 'organização social', para posteriormente ser possível identificar o conceito das organizações não governamentais.

1.2. Organizações Sociais

De acordo com Quintão (2004), a abordagem às Empresas Sociais é semelhante à da nova Economia Social ou Solidária. A definição de Empresa Social ainda não está cimentada e reconhecida em Portugal, uma vez que ainda hoje, permanece como foco de controvérsia e debate a envolvimento do seu conceito, particularmente entre os responsáveis pelas organizações que representam o Terceiro Setor (Perista e Nogueira; 2004). Consta-se então que, têm sido denominadas de Empresas Sociais, um conjunto de organizações e práticas empresariais que surgiram nos últimos 30 anos, a partir do final da década de 70, que surgem como formas de reação por parte das coletividades civis, às problemáticas existentes (Quintão, 2004).

O conceito de empresa social foi introduzido no final de 1978, nos Estados Unidos da América, por Peter Drucker, aquando da defesa da responsabilidade ética das empresas (Trivedi, 2010). Por sua vez, na Europa, o conceito surge em Itália, em 1990, para expressar uma esfera de organizações situadas entre o Estado e o Mercado (Ferreira, 2009). No entanto, em virtude da existência de diferentes tradições históricas e estruturas jurídico-institucionais, o conceito não ganha o mesmo reconhecimento em todos os países europeus (Defourny & Nyssens, 2008; 2010; Lambru, 2012).

Para Quintão (2004), as atividades desenvolvidas pelas empresas sociais, adquirem importância, especialmente, no final dos anos 70, pelo contexto de crise social, económica e política com que se deparavam, era urgente atuar, pelo que a sua relevância está ainda apensa ao facto de não se encontrar soluções nos vazios de resposta às necessidades sociais deixadas pelo Estado (inapto a conceder respostas diante de necessidades específicas das populações), bem como pelo mercado (os agentes e instituições privadas não se encontram interessados por áreas em que não obtenham lucro ou onde este seja reduzido). Posto isto, fica perceptível, que a emergência das Empresas Sociais, constitui-se como *“uma dinâmica de procura por alternativas institucionais e organizacionais, diante das tradicionais organizações do Estado e do Mercado, numa lógica de articulação da ação económica com a ação social”* (Quintão, 2004a, p.6), com o propósito de colocar o mercado a trabalhar de forma eficiente para alcançar a eficácia de resultados sociais.

Assim, podemos entender que as organizações sociais são entendidas como organizações privadas que se dedicam à resolução de problemas sociais, com o intuito de criarem valor social de um modo sustentável (Dees, 1998). Desta forma, as organizações sociais são vistas como entidades privadas, de carácter híbrido, que ultrapassam a fronteira entre o mundo empresarial, o mundo das organizações sem fins lucrativos e o mundo das organizações públicas (Costa, Andreaus, Carini & Carpita, 2012), em prol de proporcionar mudanças para melhorar o bem-estar da sociedade sendo os seus

propósitos sociais alcançados, ainda que parcialmente através da adoção de soluções de índole empresarial e de um envolvimento nos mercados, ou seja, trabalham dentro com objetivos sociais, mas para tal necessitam de fundos que lhes permitam isso mesmo.

Alguns autores, como Defourny & Nyssens (2008), remetem as organizações sociais para o âmbito das organizações sem fins lucrativos, considerando que os potenciais excedentes económicos deverão ser reinvestidos na própria organização. Por sua vez, temos outros autores como por exemplo Mair (2010), consideram que a estrutura legal é irrelevante para a definição do conceito de organização social, uma vez que consideram que as organizações sociais se caracterizam pela sua natureza e não pelo seu estatuto legal, prosseguindo uma missão social, visando criar benefícios sociais, e com diversos níveis de sustentabilidade financeira, inovação e transformações sociais (Brouard e Larivet, 2010, cit in Bernardino, 2013).

Uma das definições mais conhecidas e citadas de organização social é a proposta pela European Research Network (EMES), criada em 1996, dedicou-se à definição de um conjunto de critérios para a identificação de organizações suscetíveis de serem designadas como ‘empresas sociais’. Os indicadores definidos visam construir um referencial tipo sobre aquilo que seria considerado uma empresa social ideal (Defourny & Nyssens, 2010). Este conjunto de indicadores está dividido em duas dimensões: a económica e empreendedora; e a social. De acordo com Parente, Lopes e Marcos (2012) esta divisão é consonante com o entendimento da EMES de que as empresas sociais são organizações sem fins lucrativos, que visam a prossecução de objetivos sociais através da adoção de atividades económicas e comerciais. Assim, para a EMES, a dimensão social das organizações sociais é refletida nos seguintes critérios (Parente *et al.*, 2013):

- A existência de um objetivo concreto de beneficiar a comunidade ou um grupo específico de pessoas;
- Ser criada voluntariamente por um grupo de indivíduos, com propósitos comuns;
- Promover o processo de tomada de decisão com base no princípio de um membro, um voto’, e não com base nos direitos resultantes da propriedade do capital;
- Gestão participativa, baseada na participação e envolvimento de todos os membros;
- Remuneração limitada de capital, através de uma limitada distribuição de lucros.

Por sua vez, e de acordo com Parente *et al.* (2012), a dimensão económica e empreendedora, para a EMES, é expressa pelos quatro critérios que se seguem:

- Uma atividade contínua de produção de bens e/ou venda de serviços;
- Um elevado grau de autonomia em relação às entidades públicas e privadas;

- Presença de um nível significativo de risco económico;
- Existência de uma quantidade mínima de trabalho remunerado.

Analisando estes critérios, é possível compreender que os critérios relativos à dimensão social explicitam claramente a necessidade da existência de um objetivo social, ao mesmo tempo que por outro lado, enfatizam a dimensão coletiva e a liberdade de pertença dos membros da organização social criada, voluntariamente, por pessoas pertencentes a uma comunidade ou a um grupo que partilham uma necessidade ou objetivo bem definido.

A dimensão económica e empreendedora, por sua vez, diz-nos que as organizações sociais se encontram envolvidas na produção de bens e na prestação de serviços, essencialmente numa base contínua, que representa uma das principais razões para a existência da empresa social. No desenvolvimento das suas atividades as empresas sociais e os seus membros assumem riscos, dependendo da sua viabilidade e da capacidade dos seus elementos gerirem os recursos disponíveis, bem como da adoção de um processo empreendedor que consiga gerir o risco e a incerteza. Por outras palavras, as organizações sociais precisam de um conjunto de recursos, tais como os recursos humanos, materiais e financeiros, apesar de não lhe estar vedada a possibilidade de colaboração de voluntários.

Assim, é possível entender que a limitação da possibilidade de distribuição de lucros, e a correspondente apropriação pelos seus proprietários, pretende enfatizar a primazia dos objetivos sociais. A EMES considera, ainda, que as organizações sociais, criadas por um grupo de pessoas na base de projetos autónomos que, muito embora possam receber subsídios públicos, são independentes em relação ao Estado, não sendo geridas direta nem indiretamente por autoridades públicas ou por outras organizações, ao contrário daquilo que se verifica nas organizações sem fins lucrativos tradicionais.

Assim, e para concluir, após a análise da literatura, propõe-se que o conceito de organização social seja definido como o de uma organização e/ou entidade onde são adotadas técnicas e práticas empresariais, em prol de criação de valor social e de impacto social positivo e sustentado. Desta forma, é possível entender que as organizações sociais estão diretamente ligadas ao Empreendedorismo Social.

1.3. Empreendedorismo

Atualmente há um crescente interesse nacional e internacional sobre o tema empreendedorismo, conseqüente do elevado interesse e investigação neste tema, invocado por diversos atores como solução para muitos problemas, dada à sua importância como um dos principais fatores promotores do desenvolvimento económico e social de um determinado país ou de uma região, em particular como uma solução milagrosa para gerar o crescimento económico das nações.

Desta forma, tem se assumido como sendo um objeto de estudo de várias áreas de conhecimento especialmente nas áreas educacional, social, cívica, económica/empresarial, ambiental, psicológica, tecnológica, entre outras (Portugal, 2012; Friedman, 2011; Acs, Desai & Klapper, 2008; Friedman, Cox & Tribunella, 2010).

No entanto, apesar do crescimento e investigação neste tema, não existe ainda uma definição concisa e internacionalmente aceita, uma vez o empreendedorismo tem sido alvo de diferentes interpretações ao longo do tempo, que variam consoante os diversos protagonistas e os contextos em que são enunciadas, sendo possível encontrar na literatura vários contributos e perspetivas sobre o assunto (Nunes, 2016, p. 7).

Face a esta realidade, torna-se relevante apresentar neste capítulo, uma análise das principais abordagens sobre este tema.

1.3.1. Empreendedorismo: teorias e perspetivas

Qual é a melhor definição para empreendedorismo? As primeiras referências ao termo remontam à França no ano de 1755 com Richard Cantillon (Carvalho e Costa, 2015, p.15), considerado por muitos como um dos criadores do conceito de empreendedorismo. Surgiu a partir do verbo “entreprendre”, que em português é a junção de duas palavras, o “entre” e o “pendre”, que significa fazer algo ou empreender. Etimologicamente, “entre” deriva do latim “inter”, que designa o espaço que vai de um lugar a outro e, também, uma ação mútua, reciprocidade e interação; por sua vez, o “pendre” deriva do latim “prehendere” que significa tomar posse, utilizar, empregar e tomar uma atitude.

A literatura existente mostra que não há uma definição única de empreendedorismo, tendo a sua definição sido sempre controversa e o termo usado por diferentes investigadores para abordar realidades diferentes (Dieguez, 2011). Hirisch e Peter (2004), por sua vez, consideram que o desenvolvimento da teoria do empreendedorismo é paralelo, em grande parte, ao próprio desenvolvimento do termo. Assim, é importante expor os diversos pontos de vista de vários autores que nos permitem entender melhor

esse tema, que lhe confere uma vasta possibilidade de conceitos e o que o torna muito dinâmico.

O empreendedorismo vem sendo abordado de diversas formas por diferentes autores ao longo da sua história. Isso ocorre porque o empreendedorismo tem sido objeto de estudo das mais diversas áreas das ciências humanas como a Economia, a Administração, a Psicologia, a Sociologia, de entre outras (Hébert & Link, 1989). Economistas de renome afirmam há mais de um século que o empreendedorismo é uma das forças dinâmicas importantes capazes de moldar a paisagem econômica atual, no entanto as causas e os impactos deste fenômeno ainda hoje são mal compreendidos (Oliveira, 2011, p.30). Dentro dos investigadores e economistas, alguns de maior influência contribuíram para o entendimento do empreendedor e do seu comportamento, como por exemplo Cantillon (1755), Say (1880), Mill (1885), Marshall (1890), Schumpeter (1952), Casson (1982) e Baumol (1990, 2002).

Sousa Neto (2001) diz-nos ainda que o cada vez mais o empreendedorismo é um tema relevante atual, onde a sua investigação no campo académico ainda é muito recente, pois, segundo a mesma autora, os primeiros passos académicos alusivos ao empreendedorismo começaram nos anos 1940, na Harvard Business School, seguido pelos anos 1950, no instituído o Internacional Council for Small Business. Desde então, foram realizados diversos congressos, eventos e feiras deu origem á disseminação mundial do conceito de empreendedorismo e investigações em prol do mesmo (Oliveira, 2011, p.33).

Alguns autores, como por exemplo Souza Neto (2001), acreditam que o pai do Empreendedorismo foi Joseph Schumpeter, um economista francês do século XVIII, que atribuiu o conceito ao empreendedorismo mais próximo do que ele é nos dias de hoje. Schumpeter foi mesmo um dos primeiros académicos a desenvolver teorias de empreendedorismo, referindo que o Empreendedorismo é um processo de “destruição criativa”, através da qual produtos ou métodos de produção existentes são destruídos e substituídos por novos.

Para Hisrich (2009, p. 29), o *“Empreendedorismo é o processo de criar algo novo com valor dedicando o tempo e os esforços necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal”*.

Segundo Sarkar (2014 cit in Nunes, 2016), Schumpeter foi quem associou o conceito de empreendedorismo ao conceito de inovação e, conseqüentemente, salientou que na realidade o empreendedor é aquele que aplica uma inovação na área dos negócios e, onde a inovação, a criatividade e a capacidade de assumir os riscos, são todas elas características utilizadas para definir o empreendedorismo. Schumpeter considera,

também que, a inovação é um dos requisitos capazes de promover o desenvolvimento e o crescimento económico através das seguintes formas:

- introdução de novos produtos;
- novos métodos de produção;
- abertura de novos mercados;
- aquisição diferentes bens materiais;
- criação de novas empresas.

Hisrich (2004 cit in Nunes, 2016), defende que o empreendedorismo é abordado de uma forma aprofundada, onde se tem que colocar em questão três relevantes aspetos, como os negócios, a gestão e as pessoas. Incluindo ainda conceitos como, valor, risco e recompensa.

Segundo Ferrão (2013), o Empreendedorismo constitui-se em todos os seus conceitos uma oportunidade, uma vez que desde a sua conceção tradicional às mais diversas formas atuais de olhar este conceito, ele representa uma visão estratégica para criar opções inovadoras. Não significa somente a ação prática de criar um negócio próprio, mas sim transformar um conjunto de ideias em oportunidades.

Para Schumpeter (1997), com o aumento do número de investigações sobre Empreendedorismo acaba por haver um reconhecimento da importância que o fenómeno assume no desenvolvimento das economias e das sociedades, situação já sublinhada por há mais de sessenta anos. A importância atribuída pela literatura a este fenómeno abrange três aspetos principais: a criação de emprego, a inovação e a criação de riqueza. Desta forma, a geração de riqueza e os empregos associada à criação de novos negócios e de novas empresas tornam o empreendedorismo cada vez mais aliciante despertando o interesse de sociedades que procuram alternativas com vista a combater o desemprego, levando a um decréscimo do mesmo, como também, gerar crescimento económico (Tavares et al., 2013).

Na realidade o empreendedorismo ocupa cada vez uma dimensão ampla, ou seja, já não é considerada unicamente pela criação de uma nova empresa, uma vez que nem todos os negócios podem ser considerados empreendedores. Henderson (2002), defende que o empreendedorismo não é mais do que criar valor através da descoberta de novas oportunidades e recorrendo à inovação.

De acordo com um estudo empírico realizado no Reino Unido, por Blanchflower e Oswald (2007) o empreendedorismo, nomeadamente nos jovens, proporciona vários benefícios, tais como:

- promove a inovação criando emprego;
- as novas empresas criadas pelos jovens podem aumentar o nível de concorrência no mercado, trazendo ganhos para toda a economia;

- os jovens empreendedores são particularmente sensíveis às novas oportunidades económicas do mercado;
- um nível mais elevado de autoemprego.

Assim, entendemos que o empreendedorismo está diretamente relacionado às realizações pessoais dos indivíduos comprometidos com seus próprios projetos empreendedores de negócios, conforme salienta Birley & Muzyka (2001).

Sendo o Empreendedorismo uma área emergente dos últimos anos em termos políticos e científicos, vêm-se caracterizando pela sua multidisciplinaridade, onde, atualmente, e de uma forma mundial, o interesse pelo empreendedorismo vai para além das ações dos governos nacionais, atraindo, conseqüentemente, a atenção de organizações e entidades multinacionais como ocorrem, essencialmente, na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia (Parente et al.,2011). O empreendedorismo não tem de ser desenvolvido apenas por uma pessoa, pois pode resultar de um trabalho de uma equipa ou grupo de pessoas, que dividem entre si as várias características associadas ao empreendedor (Paredo e McLean, 2006, p.64).

De acordo com Sarkar (2014), para além de existir um extenso número de definições relativamente ao conceito de empreendedorismo, ao longo dos anos os vários autores e investigadores da área foram desenvolvendo novas tipologias e perspectivas associadas ao empreendedorismo.

Segundo Bruin e Dupuis (2003 cit in Sarkar, 2014), existem várias tipologias do Empreendedorismo, sendo estas:

- Empreendedorismo por necessidade;
- Empreendedorismo ético;
- Empreendedorismo de capital;
- Empreendedorismo eletrónico;
- Empreendedorismo familiar;
- Empreendedorismo comunitário;
- Empreendedorismo municipal;
- Empreendedorismo estatal;
- Empreendedorismo local;
- Empreendedorismo na terceira idade
- Empreendedorismo em jovens.

Por sua vez Portugal (2015, p. 226), entende o empreendedorismo como resultado da ação de *“uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detetar oportunidades de negócios, e continuar a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que*

objectivam a inovação, quer seja dentro de uma organização que não é sua, quer origine a abertura de uma nova empresa/organização bem como em situações cuja missão é estritamente social”

O mesmo autor salienta ainda, que existem ainda três tipos de Empreendedorismo, os quais não consistem exclusivamente na criação de novas empresas:

- Empreendedorismo Social;
- Empreendedorismo Startup;
- Intraempreendedorismo;

Segundo Ferrão (2013), o empreendedorismo social, é definido, de uma forma simples, por ser coletivo, que produz bens e serviços à comunidade, tem o foco de intervenção em soluções para problemas sociais e visa o impacto social.

De acordo com Portugal (2015), o conceito de intraempreendedorismo empreendedorismo corporativo, começa a ganhar significado e importância a partir dos anos 70 com o autor Norman Macrae. O Intraempreendedorismo não é mais do que gerar o empreendedorismo dentro de uma organização, através de um processo multidimensional, que envolve também vários indivíduos na organização; refere-se mais às ações individuais (empreendedores corporativos) do que aos processos propriamente ditos, isto é, isto é, processo através do qual o colaborador de uma organização realiza um determinado projeto para usufruto dessa mesma organização, seja este projeto realizado por um ou vários empreendedores em conjunto. O intraempreendedorismo ocorre por causa do “comportamento autónomo estratégico” dos colaboradores a nível operacional.

Para Gitahy (2011, cit in Nunes, 2016), o conceito de Empreendedorismo Startup define-se como uma empresa jovem e em estado de construção, e que está relacionada com a pesquisa, investigação e desenvolvimento de ideias de carácter inovador. Hermanson (2011 cit in Ferrão, 2013), diz-nos o Empreendedorismo de Startup difere-se do empreendedorismo corporativo, uma vez que são negócios recém-criados, que estão em fase de desenvolvimento e pesquisa de mercado, com empreendimentos com baixos custos iniciais e serem altamente escaláveis, possui um alto risco envolvido no negócio. Este tipo de empreendedorismo caracteriza-se pela criação de riqueza; procura de investimento junto a capitalistas de risco (business angels); cria estratégias e culturas organizacionais; não segue regras; atua no horizonte de curto prazo; e possui passos rápidos (caos controlado).

Para Portugal (2015, pp 76), o empreendedorismo tem como base fundamental o Empreendedor, que se define como *“uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em*

que vive, usando-a para detetar oportunidades de negócios, e continuar a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação, quer seja dentro de uma organização que não é sua (Intraempreendedorismo) quer origine a abertura de uma nova empresa/organização (Empreendedorismo Startup) bem como em situações cuja missão é estritamente social (Empreendedorismo Social)”.

Destes três tipologias de Empreendedorismo, o presente trabalho irá focar-se no Empreendedorismo Social no próximo capítulo.

1.4. Empreendedorismo Social

Nos dias de hoje, estamos perante uma sociedade cada vez mais globalizada, marcada pelo desenvolvimento, debatendo-se com problemas sociais, ambientais e económicos e com o intuito de colmatar a incapacidade das instituições governamentais de resolver esses problemas surge o fenómeno empreendedorismo social (Parente et al., 2011) que é já uma realidade com alguns anos e um número crescente de iniciativas que o evidencia, e que cada vez mais estão a ganhar visibilidade.

Este tem vindo a assumir relevo perante o número crescente de iniciativas, como estratégia associada à criação de novos negócios, o Empreendedorismo Startup e ao desenvolvimento de novas oportunidades em organizações já existentes, conhecidas por Empreendedorismo Corporativo (Portugal, 2015), que cada vez mais tem sido abordado por vários autores de referência, encontrando-se, mesmo, no centro das políticas económicas atuais (Bergmann & Sternberg, 2007).

De acordo com Carvalho (2019, p. 92, *“qualquer definição do conceito de empreendedorismo social deve começar com o entendimento daquilo que é empreendedorismo”*). No caso do não haver uma definição clara do tema ‘empreendedorismo’, acrescentar a palavra ‘social’ não irá fazer grande diferença ao conceito empreendedorismo social (Martin & Osberg, 2007, cit in Carvalho, 2019, p. 2).

Empreendedorismo social, emerge no contexto de crise e desafios sociais, económicos e ambientais com que se têm vindo a deparar as sociedades contemporâneas, é um dos maiores desafios da sociedade atual, e de acordo com Roper e Cheney (2005), o ponto central de qualquer discussão sobre empreendedorismo social é questionar quem pode e têm competências para assumir a responsabilidade de dar resposta às necessidades da sociedade. Além disso, também surgem questões ideológicas sobre a continuidade e a saúde de uma sociedade civil, distintas dos setores político e económico.

Segundo Monteiro (2017), ao longo da última década, Portugal não resiste ao interesse que cada vez mais se manifesta em relação ao conceito e fenómeno do empreendedorismo social, como é o caso da América Latina, Sudoeste Asiático, África e Europa, através de *“iniciativas de promoção do empreendedorismo social: mobilização da sociedade civil, formações especializadas, identificação de boas práticas, congressos e seminários temáticos, investigações académicas e, inclusive, uma crescente atenção por parte da própria União Europeia”*.

O empreendedorismo social é atualmente um campo de análise e intervenção emergente em termos políticos e científicos, que tem vindo a ganhar terreno nos últimos anos, existindo atualmente inúmeros livros, artigos científicos, sites e jornais que o abordam (Peredo & McLean, 2006), tanto no interesse económico como académico (Certo & Miller, 2008), pela sua capacidade de criação de valor, benéfica não só para as

organizações em que se aplica como também para o meio em que estas se inserem, contribuindo para uma melhoria de âmbito social (Guedes, 2011, p. 4), uma vez que a popularidade do fenómeno tem sido acompanhada por um campo de análise que mistura e combina um leque diversificado de ideias que tentam descrever o empreendedorismo social, sendo esta flexibilidade dinâmica de noções a principal causa da aparente falta de clareza do conceito (Nicholls, 2006, cit in Parente et all, 2011).

De acordo com Parente et all (2011), *“o fenómeno do empreendedorismo social emerge no contexto de crise e desafios sociais, económicos e ambientais com que se têm vindo a deparar as sociedades contemporâneas”*.

Nos dias de hoje, o conceito de Empreendedorismo Social pode ser usado para se referir a uma variedade de tendências, modalidades e atividades organizacionais, onde o crescente interesse pelo empreendedorismo social e pelas empresas sociais teve origem nos Estados Unidos, que posteriormente difundiu-se rapidamente para outros países de matriz anglo-saxónica (Monteiro, 2017, p.45).

Para poder explicar o tópico do Empreendedorismo Social é fundamental entender as suas origens, conceito e relevância face à constante necessidade de inovar na nossa sociedade atual (Morgado, 2013, p. 20).

O conceito de Empreendedorismo Social é cada vez mais uma constante nos tempos que correm. Mas o que se entende por Empreendedorismo Social? O conceito e a sua respetiva prática têm vindo a sofrer algumas alterações e algumas um pouco contraditórias ao longo da última década (Monteiro, 2017, p.45), pois sempre houve empreendedorismo social e empreendedores sociais apesar de não serem denominados como tal. Desta forma, e de acordo com Carvalho (2019, p.5), a designação do conceito é importante pois acaba por atenuar as barreiras entre os diferentes sectores, uma vez que permite uma aproximação das atividades, com o impacto social intrínseco, sejam estas com ou sem fins lucrativos.

De acordo com Dees (1998, cit in Nunes, 2016) o empreendedorismo social *“é uma expressão bem-adaptada ao nosso tempo e que combina a paixão de uma missão social com uma imagem de disciplina ligada à gestão, de inovação e de determinação que é normalmente associada, por exemplo, aos pioneiros da alta tecnologia de Silicon Valley”*.

Por sua vez, para Zahra et al. (2009) o empreendedorismo social implica a criação de novos negócios ou a gestão de organizações já existentes de forma inovadora com o objetivo final de criar riqueza social, através de processos e atividades para descobrir, definir e explorar novas oportunidades.

Os termos “social entrepreneurship” e “social entrepreneur” foram utilizados pela primeira vez na literatura sobre mudança social nos finais de anos 60 e anos 70, mas só

se generalizaram durante a década de 80 e 90 com a criação de organizações que promovem o desenvolvimento deste tipo de empreendedores.

O conceito de empreendedorismo social está pautado na criação de valor social e na introdução de inovações de metodologia, serviços ou produtos, as quais gerariam uma transformação social. A inserção da dimensão económica e da lógica de mercado abriu novas possibilidades para a atuação das organizações que até então contemplavam uma única dimensão (social ou económica) (Tiscoski, 2013).

Assim, podemos entender que o Empreendedorismo Social combina a capacidade de reunir recursos do empreendedorismo tradicional com a missão de mudar a sociedade, criando, assim, novos modelos para o fornecimento de produtos e serviços que vão diretamente de encontro à satisfação de necessidades sociais que implicam objetivos de desenvolvimento sustentável, isto é, ainda se verifica uma contradição na conceituação do conceito/definição de empreendedorismo social, uma vez que *“procuram reconhecer oportunidades que facilitem a criação de novas organizações sociais, e também manter as organizações sociais já existentes em contínua inovação”* (Mort et al., 2003).

O empreendedorismo social, para lidar com os desafios de hoje, precisa capitalizá-lo. De acordo com Roper e Cheney (2005), o conhecimento é um elemento fundamental em inovação, aprendizado e gerenciamento de recursos, que permite que objetivos e metas estratégicos sejam atingidos e, ao mesmo tempo, desenvolva uma competitividade sustentável, e segundo os autores, essa distinção é praticamente suficiente para diferenciar a organização sem fins lucrativos da empresa empresarial com fins lucrativos.

Para Hulgard e Ferrarini (2010), o empreendedorismo social emergiu como um dos fatores importantes na renovação dos serviços de bem-estar e na contribuição para a mudança social. Trata-se, assim, de *“um fenómeno associado à emergência de iniciativas e organizações de resposta a novas ou persistentes necessidades sociais, bem como a novas lógicas de intervenção, situadas num campo híbrido entre o Estado, o Mercado e a organização coletiva da sociedade civil ou das comunidades”* (Parente & Quintão, 2014, p.11).

Desde a década de 90, a Inovação Social e o empreendedorismo social têm adquirido importância em termos de política pública, apesar do estado de bem-estar social ter sido uma referência para implementação das políticas públicas após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Hulgard & Ferrarini (2010), este panorama expressa uma elevada responsabilidade e empreendedorismo privados na produção de bem-estar social, quer por empresas, quer por empreendimentos de economia social (

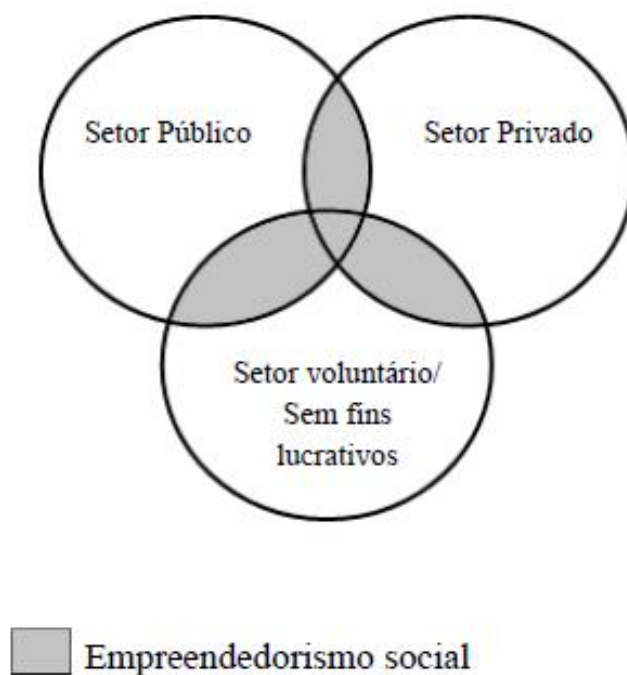
Depois de décadas decorridas, a economia social apresenta hoje um reconhecimento, académico e político, bastante significativo, nos diversos setores da sociedade, mas principalmente no Terceiro Sector em Portugal, o da Economia Social e Solidária, que

segundo a Lei de Bases da Economia Social – Lei 30/2013, tem como objetivo principal satisfazer as necessidades dos indivíduos e das comunidades, porém necessitam da participação dos seus membros/voluntários no quotidiano para conseguirem contribuir para o seu envolvimento em problemas da comunidade e nas lutas coletivas mais amplas.

O Desenvolvimento do Observatório da Economia Social em Portugal (Cases, 2015) indica que a Economia Social “*oferece bens e serviços de modo a corresponderem a necessidades sentidas pelos indivíduos a que se destinam, independentemente da sua rentabilidade económica intrínseca, procurando que essa oferta seja efetuada otimizando a relação qualidade-preço*”. As cíclicas crises evidentes após os anos 70 e 80 provocaram uma mudança na sociedade, trazendo, ao de cima, novas necessidades sociais, que por sua vez, mobilizaram os atores da sociedade civil e levaram a uma nova onda de associativismo e a uma nova geração da Economia Social (Levesque, 2006). Por sua vez, Pol e Ville (2009) identificou um crescente investimento de diversos tipos de organizações em inovações sociais, devido aos diversos impactos que pode gerar nas organizações e em toda a sociedade. Assim, visa a conceção do bem-estar humano e tem impacto significativo sobre o desempenho social.

A figura 1 procura ilustrar a sobreposição dos setores público, privado e sem fins lucrativos, que configura o empreendedorismo social.

Figura 1 – Configuração institucional do empreendedorismo social



Fonte: Leadbeater (1997)

Como podemos entender o empreendedorismo social e o seu papel na nossa sociedade? No que diz respeito à mudança económica e social face ao atual desenvolvimento da sociedade e com a redução do papel do Estado, quer na sociedade quer na economia, é particularmente nas entidades de Economia Social que incide as funções de resposta às necessidades sociais sentidas, onde cada vez mais se faz sentir a presença do empreendedorismo social.

O Empreendedorismo Social, nos últimos anos, tem-se revelado como um novo segmento a tornar possível o desenvolvimento sustentável e a distribuição de riquezas de forma mais equilibrada, e há quem a defina como uma nova dinâmica de inovação do terceiro setor (Proença e Parreira, 2018). O Empreendedorismo Social é definido através de uma metodologia mais específica e atual da real atuação do Terceiro Sector, onde foi adotada, e mais tarde posta em prática em várias organizações e instituições sociais. Assim, podemos considerar que o empreendedorismo social foi uma estratégia que mais se desenvolveu, e por sua vez, tendo ganho uma maior visibilidade pela capacidade e eficácia que lhe são apontadas, perante a atual crise e na resolução de novos problemas sociais que daí advêm.

Há a destacar, como refere Morgado (2013, p. 18), por entre as referências dos autores, *“a relação já estabelecida conotação da Empresa Social ao Empreendedorismo Social e ao seu surgimento, mas, com o passar do tempo, através de programas de apoio à economia social e às microempresas, o Empreendedorismo Social consolidou-se”* e, de acordo com a perspetiva de Marques (2010, p.6), o empreendedorismo social começou a ser observado de uma forma mais ampla e com uma visão menos limitada.

Atualmente existe uma maior preocupação da sociedade e, principalmente, do governo e administração pública, no que diz respeito a aspetos como: o crescimento e o desenvolvimento, a exclusão social e a criação de novos postos de trabalho.

Este setor tem contribuído para a coesão social, combatendo o desemprego, a instabilidade laboral, bem como a exclusão social entre os grupos mais vulneráveis, através do desenvolvimento de diversas atividades. Alguns dos atributos da economia social assentam na capacidade de oferecer respostas inovadoras às necessidades sociais conjugando rentabilidade e solidariedade, associando a produção e o desenvolvimento sustentável e potenciando o exercício da cidadania ativa e da responsabilidade social empresarial. Pela sua natureza, também procura dar resposta às carências de bens e serviços da sociedade, aproveitando os recursos disponíveis na criação de emprego e na aplicação de uma responsabilidade partilhada e inspirada por valores humanos e cívicos (Silva, 2010 cit. in Barbedo, s/d, p.11).

De acordo com Seelos e Mair (2005, p. 244), a grande diferença entre o empreendedorismo tradicional e o empreendedorismo social, é relativamente à criação

de valor. O primeiro, o empreendedorismo tradicional, vê criação de riqueza social como um subproduto do valor económico criado pelos empreendedores. Por sua vez, o empreendedorismo social, pelo contrário, a criação de valor social surge como o objetivo primário, enquanto a criação de valor económico é frequentemente um subproduto criado pelos empreendedores, que permite à organização alcançar a sustentabilidade e autossuficiência.

Segundo Martin e Osberg (2007), o empreendedorismo social inclui os seguintes elementos:

1. identificação de um equilíbrio estável, mas inerentemente injusto que causa a exclusão, marginalização ou o sofrimento de um segmento da humanidade ao qual falta os meios financeiros ou a força política para alcançar uma transformação benéfica para eles próprios;
2. identificar uma oportunidade neste equilíbrio injusto, desenvolvendo uma proposição de valor social que é utilizada para reunir inspiração criatividade, ação direta, coragem e força, e assim desafiando o estado estável de hegemonia;
3. forçar um novo e estável equilíbrio que liberte o potencial escondido ou aliviar o sofrimento do grupo-alvo e através da criação de um ecossistema em torno de um novo equilíbrio assegure um melhor futuro para o grupo-alvo e até para a sociedade em geral.

O Empreendedorismo Social surge, assim, como uma das soluções para situações desencadeadas pela crise, uma vez que focam os problemas sociais, criam iniciativas inovadoras, constroem novas formas de organização social, mobilizam recursos em resposta a problemas e não sujeitos às ordens do mercado ou critérios comerciais.

Numa outra perspetiva da definição do conceito de Empreendedorismo Social, há autores que considerem que está diretamente relacionada com o número de organizações. De acordo com Christian Seelos e Johanna Mair (2005), o conceito de empreendedorismo social é usado para se referir ao rápido crescente número de organizações, que criaram outras alternativas de respostas às necessidades humanas básicas que os mercados e instituições existentes não conseguiram satisfazer. Isto é, podemos definir como a união dos empreendedores tradicionais com a vontade/missão de mudar e melhorar a sociedade (ter iniciativa de procurar soluções ao problema social identificado), capaz de causar impacto social suficiente para que estas ideias possam virar políticas públicas aplicadas em várias partes do mundo, uma vez que estas surgem em prol da sociedade. De acordo com as autoras, as empresas e organizações que devem dar resposta às necessidades humanas básicas que os mercados e instituições existentes falharam em satisfazer, estão incorporadas no conceito de empreendedores sociais.

De uma forma resumida, podemos entender que o empreendedorismo social é o processo de criar valor, através de novas combinações de recursos, que tem como objetivo principal a exploração de novas oportunidades para criar valor social, através de oferta de serviços e produtos, mas também se pode referir à criação de novas organizações, em prol de resolver o problema da comunidade e/ou sociedade.

Assim, integra-se no conceito de Empreendedorismo Social, os projetos/iniciativas cujo principal foco seja a criação de valor para a sociedade, através da resolução de problemas sociais, negligenciados e com elevada abrangência, tendo como missão a melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas pelo problema capacitando-as para, elas próprias, serem agentes de mudança, isto é, os empreendedores/as sociais focam os problemas sociais, criam iniciativas inovadoras, constroem novas formas de organização social, mobilizam recursos em resposta a esses problemas e não aos ditames do mercado ou critérios comerciais. Peredo e McLean (2006), consideram que o empreendedorismo social, de uma forma mais simplificada, é praticado quando os indivíduos (os empreendedores) trabalham para promover a criação de valor social, onde reconhecem e exploram as oportunidades para criar este valor, em prol da inovação, tolerando o risco e recusam-se a aceitar as limitações nos recursos disponíveis. Desta forma, os autores afirmam que o principal objetivo fim dos empreendimentos sociais é a transformação de uma realidade social e a identificação dos impactos positivos causados por esta mudança.

Partindo do conceito que parte dos problemas sociais tem origem numa forte crise de valores, é necessário uma atuação real, onde é preciso reforçar a importância da educação comunitária com base na coerência entre princípios e ações, de forma a potencializar espaços de aprendizagem, de reflexão e debate, combatendo, em simultâneo, a separação das organizações, promovendo visibilidades, valorizando espaços e processos participativos e sobretudo, potenciando, assim, uma rede de empreendedores sociais. Só partindo do “real” poderemos ganhar energias e motivações para que, de novo se reinventem estratégias e atores que, nos territórios e nos palcos políticos e mediáticos, conquistem o que os territórios com todas as suas gentes ambicionam. Assim, a capacitação cívica e política para uma cidadania ativa e mais responsável, deveria implicar formas de aprofundamento da democracia, nomeadamente traduzidas no alargamento da participação civil organizada.

O documentário “*Quem se importa?*” dirigido por Mara Mourão, com produção da Mamo Filmes e Grifa Filmes, e conta ainda com a narração de Rodrigo Santoro enquanto apresenta ao público a ação de grandes nomes internacionais do Empreendedorismo Social, como Muhammad Yunus (Nobel da Paz em 2006), Bill Drayton, Mary Gordon, entre outros, pode ser considerado mais do que um simples filme, pois pode ser entendido como um movimento de inspiração, uma vez que ele inspira as pessoas a

tomarem consciência do que podem fazer ou proporcionar através do poder de transformação do empreendedorismo social, mais precisamente dos empreendedores sociais de todo o mundo, pessoas brilhantes com ideias inovadoras, que seguiram novos caminhos e com um olhar ético nas diversas áreas em que atuam. Ao longo do documentário foram entrevistados 18 empreendedores sociais de diversas partes do mundo e de diversas áreas de atuação, onde todos têm objetivos diferentes, porém partem todos para a resolução de um determinado problema social, tendo sido abordado no filme os seguintes problemas sociais: o insucesso e abandono escolar, pobreza extrema, falta de noções básicas de saúde, tráfico de animais, direitos humanos (tortura ligada à justiça), microfinanciamento e o ambiente.

Este documentário dá-nos a conhecer pessoas brilhantes, que criaram, cada qual, uma organização inovadora, capaz de não só mudar a sociedade ao seu redor, mas também causar impacto social suficiente para que estas ideias possam virar políticas públicas aplicadas em várias partes do mundo, uma vez que estas surgem em prol da sociedade. Acreditando que conhecer o trabalho destes líderes inovadores possa inspirar os outros, especialmente os mais jovens, pois eles são o nosso futuro, procurou reunir histórias de homens e mulheres que têm como denominador comum a ação social e transformadora. São pessoas que arregaçaram as mangas, pensaram e executaram ações que contribuíram para melhorar contextos sociais, ambientais, económicos, políticos e humanos, geralmente a baixo custo e com alto impacto.

No contexto da Comunidade Europeia, o conceito de Empreendedorismo Social conquista forma jurídica, permitindo a autonomia das organizações da economia social (Vieira, 2015, p.26), onde apesar de poderem variar de um Estado-Membro para outro, juridicamente, no contexto europeu, estas empresas sociais são diferentes das empresas de capital por causa das suas especificidades relacionadas com as suas características comuns, incluindo: *“a primazia do indivíduo e do objeto social sobre o capital; a adesão livre e voluntária; o controlo democrático pelos seus membros; a combinação dos interesses dos seus membros beneficiários e o interesse geral; a defesa e a implementação dos princípios da solidariedade e da responsabilidade; a autogestão e independência face ao governo; o uso da maior parte do excedente para a prossecução de objetivos de desenvolvimento sustentável, no interesse dos membros e interesse público”* (Martinho et al, 2014, p.9).

As bases de crescimento desta nova profissão estão divulgadas, porém é necessário desenvolvê-las e aproveitar as de expansão. Se o Empreendedorismo Social conseguir saber como alcançar um impacto sustentável contínuo, com formação, apoio, promoção e fomento da iniciativa e de uma cultura empreendedora, têm todas as condições para ser uma base fundamental da nossa sociedade.

Seelos e Mair (2005), dão-nos três exemplos para ilustrar o novo tipo de empresa, sendo estes: o Institute for OneWorld Health, fundado por Victoria Hale, uma empresa farmacêutica sem fins lucrativos; o Sekem, uma iniciativa multiempresarial egípcia, fundada por Ibrahim Abouleish; e o Grameen Bank, fundado por Muhammad Yunus, professor de economia, em Bangladesh. Esses exemplos fornecidos procuram demonstrar como o empreendedorismo social, enquanto campo de experimentação e inovação, pode contribuir com insights para descobrir novas criações colaborativas de valor para atender às necessidades humanas básicas e empresas a exercer responsabilidade social.

Para concluir, podemos afirmar que o empreendedorismo social está a emergir dia após dia na sociedade portuguesa, pelo que é necessário sensibilizar e consciencializar a população para o seu papel fulcral. Importa, assim, salientar que o empreendedorismo social tem gerado emprego, inserção social dos mais desfavorecidos, um desenvolvimento local e regional de forma mais harmoniosa possível e combatem a exclusão social.

1.5. O Empreendedor Social

Após a exploração das diferenças entre o empreendedorismo e o empreendedorismo social, é importante agora perceber o perfil do empreendedor social.

O momento atual pode ser chamado de a Era do Empreendedorismo, uma vez que os empreendedores têm conseguido ultrapassar barreiras comerciais e culturais, reduzir distâncias, quebrar paradigmas, globalizando e renovando assim os conceitos económicos, na criação de novas relações de trabalho (Dornelas, 2001). Ser um empreendedor não é necessariamente sinónimo de ser um empresário ou ter um negócio, embora muitos pensem o contrário. Mas o que significa ser Empreendedor e Empreendedor Social? (Ashoka, 2020), diz-nos que os empreendedores sociais em *“indivíduos com soluções inovadoras para os problemas mais prementes da sociedade. Eles são ambiciosos e persistentes, atacando os principais problemas sociais e oferecendo novas ideias para uma mudança a larga-escala”*.

De acordo com Dees (2009), citado por Parente et al. (2011, p.3), as raízes do que hoje designamos de empreendedorismo social remontam em torno do final do século XIX, mais precisamente numa Inglaterra da era vitoriana tardia, aliás, o que não causa estranheza se tivermos em conta que é neste período que representou uma mudança na ideia de caridade, principalmente no mundo ocidental, onde se vivenciava

os reflexos negativos da Revolução Industrial, como o êxodo rural e o aumento exponencial da população urbana e todas as consequências económico-sociais daí advenientes, que passa do simples ato de dar esmola aos pobres, para uma caridade passível de criar uma mudança duradoura e sistémica. Este último impacto é um princípio fundamental do empreendedorismo social tal como o definimos nos dias de hoje.

Desta forma, podemos entender que o empreendedor social tem uma missão social que, associada à gestão empresarial, a inovação e a determinação, conseguem proporcionar benefícios sociais duradouros à população que necessita. O empreendedor social, a partir de um contexto desafiante, adota uma missão social que procura atacar as causas dos problemas e produzir mudanças fundamentais no sector social, ou seja, os empreendedores sociais a missão social é a motivação central, uma vez que este empreendedor não tem o lucro como objetivo fim, mas como um meio para sustentar a sua missão de gerar transformação social e criar valor social.

Mas para poder identificar a definição do empreendedor social e o seu perfil, é necessário definir o papel do empreendedor. O que significa ser empreendedor? Qual é o perfil que o empreendedor deve ter?

De uma forma geral, o empreendedor é o indivíduo/pessoa que empreende, ou seja, toma a iniciativa e procura trabalhar para resolver o problema identificado, enfrentando os obstáculos; que empreende uma tarefa com coragem e audácia. Numa abordagem comportamental, podemos entender que o empreendedor é aquele que tem um sentido de responsabilidade individual e/ou social apurado; revela espírito de iniciativa, determinação e coragem; tem um espírito simultaneamente sonhador e concretizador; é capaz de mobilizar pessoas em torno de um projeto comum; paciência e persistência, entre outros. Por sua vez, na perspetiva da criação de um novo negócio implica: identificar e avaliar uma oportunidade, definir um conceito de negócio, identificar os recursos necessários, reunir os recursos necessários e implementar o negócio (Ashoka, 2006).

O sucesso dos empreendedores está na criação e oferta de valor, o que é mais importante do que criar empregos. É o valor criado para alguém que criará, como consequência, mais empregos (Horwitz, 2012). Desta forma, os empreendedores devem ser livres para a criação de valor e inovar.

O empreendedor social visa o bem-estar social, e se ele visa ao lucro, sim, é para revertê-lo ao bem-estar social (Ashoka, 2001). Assim, podemos definir os empreendedores sociais em *“indivíduos com soluções inovadoras para os problemas mais prementes da sociedade. Eles são ambiciosos e persistentes, atacando os*

principais problemas sociais e oferecendo novas ideias para uma mudança a larga-escala” (Ashoka, 2020).

Segundo Martin e Osberg (2007), o conceito de empreendedor social transmite essa mistura de orientações caracterizada pela combinação do objetivo social, associado às instituições sem-fins lucrativos, com uma vertente empreendedora, aliada ao carácter dinâmico e inovador do negócio. Nas palavras de Bill Drayton, fundador da Ashoka, no documentário, *“os empreendedores sociais são a força corretiva essencial. São empreendedores da mudança sistêmica e indivíduos cuja essência, e consequentemente, cujas ações estão profundamente comprometidas para o bem-estar comum”*.

Apesar dos termos serem relativamente novos, empreendedores sociais e ações de empreendedorismo social podem ser encontrados ao longo da história (Nicholls, 2006).

A passagem do conceito de empreendedorismo para a teoria económica verifica-se com Jean-Baptiste Say, onde o empreendedor cria valor ao redirecionar os recursos económicos devotados a áreas de baixa produtividade para áreas de maior produtividade (Parente e Quintão, 2014, p.14). Por sua vez, na década de 50 do século XX, Schumpeter associa o empreendedor a um agente de mudança na economia, identificando nele a força para liderar o progresso económico e a capacidade para identificar uma oportunidade (material, de produto/serviço, ou negócio) (Parente, 2011, p.4).

Dees (1998), diz-nos que o *“empreendedorismo social é fruto da ineficiência do poder público e do poder privado em atender certa parcela da população”*. Assim, e para o autor, ser um empreendedor social requer um alto grau de envolvimento com a missão social, desde ter uma gestão técnica apropriada, alto grau de inovação e determinação. Desta forma, podemos entender que a principal diferença entre o empreendedorismo tradicional e o empreendedorismo social é o motivo para a ação, enquanto o primeiro visa lucro financeiro, o segundo é movido pela missão social, entretanto, ambos surgem da identificação de problemas que necessitam de solução.

Por sua vez, Dornelas (2003), refere que para ser empreendedor precisa de ter os seguintes traços: ser visionário, determinados, dinâmicos, apaixonados, independente e autoconfiantes, líderes e formadores de opinião. O autor identifica dentre os principais, alguns tipos de empreendedor: o nato, o que aprende por necessidade, o corporativo e o social.

Para Birley & Muzyka (2001, p.04), o empreendedorismo pode ser estimulado pela motivação das pessoas em quererem assumir responsabilidades, evitando os típicos trabalhos do dia a dia. Os empreendedores tornam-se mais criativos, originam altos níveis de energia, podendo influenciar e persuadir seus pares a despeito de uma oportunidade de negócio, combinados com a disposição de correr riscos moderados e

calculados, diferentemente das incertezas incorridas por qualquer aventureiro que se possa encontrar no mundo dos negócios. São estas e diversas outras características pessoais da personalidade dos empreendedores que são apontadas por alguns autores como Schumpeter (1934); Drucker (1987), Filion (1999) e Birley & Muzyka (2001).

Levesque (2006) afirma que do ponto de vista teórico é possível argumentar que ao empreendedor social e coletivo não faltam incentivos à inovação, já que o que os motiva não é o retorno financeiro, mas sim a geração de valor social. Se a economia social pode ser considerada inovadora é porque é fundada na interação, desde sua criação, de um grupo de pessoas e uma organização capaz de mobilizar recursos financeiros e humanos para produzir bens ou serviços. Assim, as inovações marginais ou incrementais e ampliam-se com base na cooperação dos inúmeros stakeholders, como pessoas ou grupos que possuem *“relações com o projecto ou são, de algum modo, afectados por ele – directa ou indirectamente, positiva ou negativamente. Todas estas pessoas ou grupos possuem interesses no projecto, na medida em que têm algo a ganhar ou a perder com as actividades, resultados e/ou impasses do mês”*. (Scheifer et al, 2006, p. 126)

Posto isto, quem é o empreendedor social? Dees (2001), diz-nos que os empreendedores sociais são agentes de mudança no sector social, quando:

- Adotam uma missão para criar e manter valor social;
- Reconhecem e procuram novas oportunidades para servir essa missão;
- Empenham-se num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem;
- Agem com ousadia sem estar limitado pelos recursos disponíveis no momento;
- Prestam contas com transparência aos públicos que servem e em relação aos resultados obtidos

Para Trigo (2003), os indivíduos que são denominados por empreendedores sociais, são aqueles que proporcionam mudanças inovadoras, que sonham, que questionam, que arriscam, que querem algo diferente, que fazem acontecer, em suma, que empreendem, e que conseqüentemente, são cada vez mais reconhecidos como um dos pilares da economia enquanto agentes, criadores de emprego e portadores de inovação.

Alguns investigadores consideram mesmo o empreendedor social como um ator por excelência, sobrestimando o seu papel e capacidades individuais, sustentando que é ele que responde às situações e necessidades sociais de modo a dar-lhes sustentabilidade e inovação (Parente et al. 2011).

Para concluir, e de uma forma sucinta, podemos definir os empreendedores sociais enquanto inovadores e pioneiros, que criam e sustentam valor social com novas

empresas ou novas abordagens para resolver problemas sociais, em abordagens mais sustentáveis e inclusivas para modelos de negócios, combinando diferentes conhecimentos, habilidades, competências e posturas, unindo um espírito empreendedor à solidariedade, agentes de mudança no sector social que procuram novas formas de servir e trabalhar em prol da comunidade, procurando dar respostas às necessidades e/ou dificuldades identificadas.

Capítulo 2: Sustentabilidade

A sustentabilidade, no seu sentido lógico, é a capacidade de se sustentar, de se manter, logo uma atividade sustentável é aquela que pode ser mantida para sempre. Porém o conceito de sustentabilidade não é assim tão lógico. Nas organizações, este é um dos temas mais abordados nas organizações, em virtude de ser considerado um fator de notável importância no desenvolvimento da sociedade. Mas como podemos definir o conceito de sustentabilidade?

A palavra sustentabilidade tem ganho, ao longo dos anos, um maior destaque no cenário nacional e internacional, devido à eclosão de grandes problemas ambientais no planeta Terra.

Tais problemas são, nada mais nada menos que as consequências das atitudes agressivas do ser humano para com a natureza, onde procura cada vez mais retirar recursos do meio ambiente para satisfazer suas necessidades, sem ter a consciência de que estes recursos são limitados e necessários para a sobrevivência humana, o que acaba por criar uma verdadeira crise que temos vindo a presenciar nos últimos anos, com as mudanças climáticas, atividades sísmicas e vulcânicas. Assim, a sustentabilidade é vista como a solução para que uma nova consciência seja criada em cada indivíduo e, conseqüentemente, para promover uma melhoria gradual no meio ambiente.

O termo sustentável, segundo Hofer (2009), citado por Feil e Schreiber (2017), teve origem na expressão, do idioma alemão, “Nachhaltend” ou “Nachhaltig” (longevidade) do livro *Lyra*, de Carlowitz, em 1713, em francês “durabilité” (durável) e em holandês *duurzaamheid* e *Duurzaam* (sustentável). Nesse contexto, o termo reflete sobre uma solução à escassez de recursos naturais desde a antiguidade, consolidando-se ao longo do tempo na cultura humana, em busca da utilização desses recursos de forma contínua e perpétua. Essa reflexão vai de encontro com a afirmação de Grober (2007), citado por Feil e Schreiber (2017), que nos remete a ideia de sustentabilidade, não como um movimento ambientalista moderno, mas sim como uma forma de pensar e de agir enraizada nas culturas das sociedades, que vem amadurecendo durante os séculos.

Assim, para é possível entender que a sustentabilidade ganhou espaço e visibilidade em virtude das discussões sobre as fontes energéticas e recursos naturais, ou seja, dizem respeito à relação dos seres humanos para com o meio ambiente, e, em especial, aos problemas de deterioração da relação entre ecologia global e desenvolvimento econômico.

O dicionário de latim de Castiglioni e Mariotti (1981) citado por Feil e Schreiber (2017), define o termo “sustinere” (sustentável) que significa sustentar, apoiar e conservar. Desta forma, o termo sustentável pode ser considerado como um alicerce que

apoia ou abrange a ideia de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, tendo como base a preocupação com a existência futura de recursos naturais para viabilizar a continuação da vida humana.

Desta forma, podemos considerar que a sustentabilidade é um tema intrínseco à natureza do Empreendedorismo Social, onde a sustentabilidade da entidade é cada vez mais importante no seu dia a dia e nas atividades/projetos desenvolvidos e promovidos por ela, uma vez que para ser sustentável precisa ser economicamente lucrativa, ambientalmente correta e socialmente responsável, onde as ações são partes da gestão e não apenas pontuais.

Atualmente, o avanço do empreendedorismo social é visto como um dinamizador do aparecimento dos negócios sociais (Fischer, 2014), termo que ganhou destaque quando Muhammed Yunus, empreendedor social criador do Grameen Bank e vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2006, passou a utilizá-lo, dando ao modelo uma nova visão (Tiscoki et. al 2013).

Segundo Yunus (2011), os “*negócios Sociais são empresas que têm a única missão de solucionar um problema social, são autossustentáveis financeiramente e não distribuem dividendos*”. Porém, é preciso ter em mente o facto de uma empresa/negócio social não poder ser somente desenvolvido e exequível baseado em ideias, também é necessário e imprescindível apoio financeiro para garantir a sua sustentabilidade, desde subsídios governamentais, candidaturas a programas e o apoio de entidades locais para o arranque inicial. Desta forma, os desafios da sustentabilidade além do levantamento e da aplicação adequada de recursos financeiros, implica investimento no desenvolvimento das pessoas que fazem parte da organização, melhorando a qualidade dos serviços e adequando-os às necessidades das comunidades.

Posto isto, o que podemos entender por sustentabilidade? A sustentabilidade, como já foi referindo anteriormente, enquanto conceito sistémico congrega a ideia de continuidade dos fatores económicos, sociais e ambientais na dinâmica de funcionamento organizacional, é conscientemente assumida como um princípio estratégico fundamental para a sobrevivência. Nas organizações, esse é um dos temas mais abordados nas organizações, em virtude de ser considerado um fator de notável importância no desenvolvimento da sociedade.

Nas organizações sociais, a sustentabilidade pode ser implementada no planeamento estratégico com o intuito de fortalecer os negócios, além de, desenvolver produtos sustentáveis que beneficiem a sociedade. Assim, se faz necessário, observar e analisar o Tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line – TBL*), que de acordo com Vellani e Ribeiro (2009), diz-nos que a sustentabilidade precisa ser encarada como uma necessidade/prioridade e não como uma opção, sob a perspectiva de três dimensões:

ambiental, económica e social. Porém, também temos autores, como por exemplo, Iaquinto (2018, p. 157-178), que referem que temos ainda outras dimensões, sendo estas: cultural, ética, espacial ou territorial e política, mas, todos os autores dão ênfase em três dimensões principais, o social, ambiental e económico.

Segundo Milaré (2007), a dimensão ambiental, também conhecida como capital natural pode ser dividida em três subdimensões, onde a primeira foca-se na ciência ambiental e inclui ecologia, diversidade do habitat e florestas. A segunda inclui qualidade do ar e da água (poluição), proteção da saúde humana por meio da redução de contaminação química e da poluição. E, a terceira, foca-se na conservação e na administração de recursos renováveis e não renováveis. De uma forma mais sucinta, é possível entender que a dimensão ambiental compreende as atitudes realizadas pela organização a favor do meio ambiente promovendo campanhas de conscientização, sejam elas a curto, médio e/ou longo prazo.

De acordo com Sachs (1993, p. 26) citado por Iaquinto (2018, p. 168-169), a dimensão espacial da sustentabilidade, orienta-se numa configuração rural-urbana mais equilibrada com uma melhor distribuição territorial de ajuntamentos humanos e também das atividades económicas. Ou seja, a sustentabilidade espacial abrange a organização do espaço e obedece a critérios superpostos de ocupação territorial e entrelaçados em uma rede natural duradoura para tentar recuperar, com esta complexa e diversificada trama, a qualidade de vida, a biodiversidade e a escala humana em cada fragmento, em cada bairro do sistema (Sachs 1993, cit. in Iaquinto, 2018).

Para Boff (2012), a dimensão económica, faz referência ao conjunto de ações financeiras realizadas pela organização que visam o desenvolvimento económico da mesma, pelo que podemos entender que existe o desafio na implementação de uma política económica que gere lucro, e por sua vez, mais empregos.

A dimensão social, refere-se á proposta de uma sociedade mais sustentável, em prol da união dos indivíduos, comunidade ou até mesmo da sociedade onde se encontra inserido, proporcionando um trabalho em conjunto em prol do desenvolvimento de ações sociais que resulte em benefícios para todos os colaboradores, além de, ter como objetivo diminuir as desigualdades sociais por meio da integração entre ambos e a criação de produtos para o consumo da comunidade (Nascimento, 2012). Posto isto, é possível definir que a sustentabilidade social tem por finalidade objetivar uma maior igualdade na distribuição de renda, com o intuito de melhorar essencialmente os direitos e as condições da população. O qual tem por propósito ampliar a isonomia social, a viabilidade de emprego possibilitando qualidade de vida e uniformidade na obtenção aos recursos e serviços sociais (Mendes, 2009).

Por sua vez, a dimensão cultural, segundo Sachs (1993, p. 27) citado por Iaquinto, (2018), caracteriza-se como uma evolução do processo de desenvolvimento cultural, próprio de cada região, pelo que deve procurar promover, preservar e divulgar a história, tradições e valores regionais, acompanhando sempre as suas transformações, ao mesmo tempo que garante à população o acesso à informação e ao conhecimento (Mendes, 2009, p. 55, cit. in Iaquinto, 2018, p.169-170).

Relativamente à dimensão política, seja ela nacional ou internacional, remete para a democracia e na apropriação universal dos direitos humanos, bem como no progresso da capacidade de cada Estado em executar o seu projeto nacional em cooperação com os empreendedores e em coesão social. (Mendes, 2009, p. 52-56). Ou seja, esta dimensão *“tem como objetivo fazer com que ocorra a efetiva atuação da população e também das empresas nas decisões políticas que envolvam os problemas ambientais de seus territórios, bem como na busca de meios para solucioná-los”* (Iaquinto, 2018, p.170).

Cada vez mais as iniciativas, projetos e organizações sociais assumem, através do mecanismo de empreendedorismo e inovação a procura pela melhoria do seu desempenho. Aquelas englobam a conceção de novos produtos, equipamentos, métodos produtivos, processos organizacionais e pesquisa de novos mercados (Carlino & Kerr, 2014). Nesta vertente, as empresas procuram gerar um desenvolvimento e crescimento das suas organizações, conseqüentemente nas suas vendas, oferta de produtos e expansão de mercado, permitindo a sustentabilidade da empresa através de uma resposta mais eficaz e eficiente.

Embora não seja da opinião de todos, este desenvolvimento influencia o papel das empresas nas regiões onde estão estabelecidas. Este crescimento permite criar novos postos de trabalho, melhorar as condições dos trabalhadores, apoiar outras organizações da região e gerar mais riqueza e bem-estar social e profissional da região (Dijkstra et al., 2011). Cria-se, assim, um contexto no qual a sustentabilidade do bem social comum, por meio da criação de valor e de negócios, gera e mantém consumidores em um círculo virtuoso contínuo, indo ao encontro dos preceitos da liberdade económica.

O sucesso de um projeto social ou de uma organização social, por exemplo, não é medido pelo total de lucro gerado em um determinado período, mas sim pelo impacto criado para as pessoas ou para a comunidade onde se encontra inserida. Embora, teoricamente, deva existir um equilíbrio entre as três dimensões da sustentabilidade, a abordagem económica é a mais enfatizada nas avaliações dos ecossistemas devido ao seu elevado peso relativo nas decisões humanas, merecendo, portanto, um destaque.

Neste sentido, o papel do empreendedorismo social passa por uma estratégica que as organizações sociais adotam como saída da conjuntura económica atual que se verifica em Portugal e na Europa. Para estas, a opção de empreendedorismo e inovação são

importantes para um caminho de crescimento e sustentabilidade, uma vez que cada mais é possível entender que sem empreendedorismo não conseguimos inovar, isto é, se não formos empreendedores, ficamos desajustados e não conseguimos manter a sustentabilidade da organização, que deve ser focado na inovação para conseguir responder aos problemas identificados na comunidade.

O problema destas organizações sem fins lucrativos, como a Associação EcoGerminar, está na dificuldade de manterem uma estabilidade financeira e social, pelo que poderão estar dependentes de financiamento. Este problema é vivenciado diariamente na nossa sociedade, pelo que é relevante compreender qual é a importância do Empreendedorismo Social na sustentabilidade no Associativismo, neste caso, analisando a Associação EcoGerminar.

As ações sustentáveis não perpassam apenas por grandes projetos promovidos por países, órgãos e instituições. Essas ações começam individualmente, do local para o global. São inúmeras as práticas sustentáveis que podem ser adotadas tanto individualmente quanto coletivamente, pensando no bem-estar social.

Como foi exposto, a questão da sustentabilidade apresenta têm peso para as organizações e, conseqüentemente, para toda a sociedade, tendo em conta a crescente conscientização da necessidade de melhoria nas condições ambientais, económicas e sociais. Portanto, aumentar qualidade de vida da comunidade e, mais tarde, da sociedade, e, conseqüentemente, visar o desenvolvimento sustentável, com organizações sustentáveis economicamente, indivíduos socialmente sustentáveis.

Desta forma, sendo a sustentabilidade uma das maiores prioridades para os empreendedores sociais, estes têm de adotar ou criar uma estratégia de sustentabilidade, por onde têm de se reger quando desenvolvem e implementam projetos e atividades, ou seja, é importante que a associação e o empreendedor social foquem sobre as prioridades e estratégias para garantir sustentabilidade da mesma, tendo sempre em conta, os objetivos, as prioridades, as fraquezas e as forças da entidade ou do projeto que vai implementar, e as ameaças que podem colocar em causa a sustentabilidade da associação e das respetivas ações junto da comunidade.

Capítulo 3: Metodologia

Este projeto começou pelas indecisões acerca do tema, o que levou a uma reflexão, de modo a dar resposta aos objetivos propostos. Assim, procurei que o tema fosse ao encontro das minhas motivações, desejos, necessidades pessoais e profissionais, tendo sempre em conta os problemas e necessidades da comunidade em que está inserida, tendo sempre em conta a temática e problemática da investigação e também da aplicabilidade prática do projeto.

3.1. Propósito da investigação

O propósito que dá o mote a esta investigação passa por perceber identificar, analisar e perceber o papel do Empreendedorismo Social na sustentabilidade da Associação EcoGerminar, identificando a sua influência sobre a sustentabilidade da associação, pois considero que existe a necessidade de promover a visibilidade do Empreendedorismo Social na realidade de uma associação, como a EcoGerminar.

Como já referido anteriormente, o estudo de caso escolhido para servir de investigação nesta dissertação de mestrado é a Associação EcoGerminar, pelo facto de realizar várias ações de Empreendedorismo Social mostrando assim ser uma entidade socialmente responsável através dos seus atos.

3.1.1. Objetivos

Os objetivos gerais por norma são amplos e definem os quadros de referência de uma intervenção. Neste âmbito, o trabalho de projeto assume como objetivo geral, analisar o papel do Empreendedorismo Social na sustentabilidade da Associação EcoGerminar, identificando a sua influência sobre a sustentabilidade da associação.

Por sua vez, os objetivos específicos deste projeto assentam em: analisar a influência do Empreendedorismo Social na associação; compreender qual o papel do empreendedor social na associação e compreender como a sustentabilidade organizacional da associação está ligada ao empreendedorismo social praticada pela mesma.

De acordo com os objetivos a pergunta de partida foi: Qual a importância do Empreendedorismo Social na sustentabilidade no Associativismo?

3.2. Metodologia da Investigação

A metodologia, de acordo com Serrano (2008, p. 47), “*integra pressupostos teóricos que sustentam a visão da realidade e, também, das linhas de ação a seguir, os métodos e as técnicas, através dos quais se implementam as ações*”, o que por sua vez implica a definição de tarefas, normas e procedimentos para a sua execução, sendo o “*método o caminho que se escolhe para a obtenção de um fim*”. É através deste elemento que se compreende o conjunto de atividades a desenvolver na execução do projeto, ou seja, as ações e os procedimentos que se devem realizar para alcançar as metas e os objetivos propostos (Serrano, 2008, p.48).

Segundo Mathilde du Ranquet, (1996), a metodologia diz respeito ao que o profissional faz, desde a recolha de dados, à elaboração de hipóteses; elege objetivos, estratégias e técnicas orientadas para os problemas que encontra. A metodologia ocupa-se, assim, dos pressupostos e modos particulares de apreensão da realidade, compartilhados por uma comunidade académica, científica ou profissional que em conformidade com objetos e objetivos comuns.

Para Fortin (2009), a metodologia ou fase metodológica é a fase em que refletimos sobre um conjunto de abordagens utilizadas para recolher dados a utilizar como base para a inferência da interpretação. Por outras palavras, entendemos que a metodologia é o estudo dos métodos, que tem com objetivo captar e analisar as características dos vários métodos disponíveis, de forma a avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização (Gil, 1985).

Desta forma, a escolha da metodologia/método é imprescindível nas investigações sociais, no entanto, esta também pode ser o grande problema, uma vez que a má aplicação de métodos de investigação num determinado estudo poderá induzir a conclusões incorretas ou que não careciam de investigação. Na questão de escolher uma metodologia, não existe uma metodologia que seja melhor do que outra e sim, a mais adequada de acordo com os objetivos de investigação e o método de recolha de dados, dando-lhe mais viabilidade, pois de um modo geral, quanto mais direta for a forma de medir o objetivo em causa mais válido será o método utilizado.

Desta forma, podemos entender que a metodologia de investigação deve ser compreendida como um sistema de regras e procedimentos que permitem: a obtenção de conhecimentos através de uma lógica específica; a descrição detalhada da forma como o investigador obtém os seus dados, para que possam ser avaliados; a reprodução da investigação por outros, já que as regras e os procedimentos usados estão devidamente

identificados; e simultaneamente, a apreciação por outros da abordagem utilizada ou dos resultados obtidos (Serrano, 2008).

Nesse sentido, este capítulo destina-se a apresentar a metodologia utilizada, em conformidade com os objetivos inicialmente definidos.

3.2.1. Estratégia de investigação

No campo das Ciências, existem diversos tipos de classificação das metodologias e dos seus métodos de investigação. Nas ciências sociais, a metodologia estuda a realidade social para encontrar a explicação veraz dos factos sociais, através da observação e da experimentação comum a todas as ciências. Cada metodologia segue uma abordagem/método diferente, adequando-se às condições do problema a ser enfrentado. Neste requisito é importante seguir metodologias que se relacionam com a sua área de atuação. De acordo com Reis (2018, p.77), o tipo de metodologia de investigação descreve a estrutura utilizada de acordo com a questão central a ser estudada, visa analisar as relações entre as variáveis do estudo e verificar a causalidade das hipóteses de investigação.

De acordo com Saunders et al. (2009), existem três tipos de métodos de pesquisa de estudo, sendo estes o exploratório, o descritivo e o explicativo. O estudo exploratório pode ainda clarificar e perceber um problema quando este apresenta ausência e incerteza da sua natureza de conhecimento. Portanto, a sua escolha pretendeu investigar um problema pouco entendido, mostrando ser o método mais adequado para o efeito.

Desta forma, e acordo com os objetivos deste trabalho, optou-se pelo método exploratório, uma vez que este método permite ainda clarificar e perceber o problema quando este apresenta ausência e incerteza da sua natureza de conhecimento. Portanto, a sua escolha pretendeu investigar um problema pouco entendido, mostrando ser o método mais adequado para o efeito. A escolha deste método tem por base 2 formas de pesquisa: a) revisão de literatura, b) entrevistas a trabalhadores da Associação EcoGerminar.

Assim, de forma a delinear a estratégia de investigação que mais se adequava a este trabalho, foi necessário identificar a finalidade e o tipo de estudo inerentes à investigação. Quanto à finalidade ou objetivo do estudo, como espécies fundamentais de investigação: exploratória, quando o problema a investigar é pouco estudado; descritiva, quando o problema está estruturado e bem entendido; e causal, quando o problema está bem estruturado e existem situações de causa/efeito Reis (2018, p.78).

Na elaboração do modelo concetual, desenvolvido no capítulo anterior, foi essencial recorrer à teoria existente, identificando os conceitos de maior relevância e melhor

ajustados ao problema em análise. Desta forma tornou-se possível estruturar o problema de investigação e chegar aos principais fatores passíveis de serem testados empiricamente.

O estudo exploratório pode ainda clarificar e perceber um problema quando este apresenta ausência e incerteza da sua natureza de conhecimento. Portanto, a sua escolha pretendeu investigar um problema pouco entendido, mostrando ser o método mais adequado para o efeito.

Optou-se pelo estudo de caso uma vez que Yin (2014) refere que os estudos de caso são a estratégia escolhida quando se colocam questões "como" ou "porquê", quando o investigador tem pouco controlo sobre os acontecimentos e quando o foco é um fenómeno atual dentro do âmbito da vida real. Assim, além de ser o método que com maior frequência é associado às pesquisas descritivas ou exploratórias, é também, considerado útil quando o fenómeno de investigação é complicado de estudar fora do contexto natural e quando os conceitos e as variáveis são difíceis de quantificar.

Segundo Gil (1985), existem dois métodos de investigação o qualitativo e o quantitativo. Dado que o presente estudo se trata de uma análise exploratória, envergou-se por uma abordagem qualitativa. Este tipo de método permite o investigador selecionar os elementos que dispõe e tem acesso, portanto, obtém uma amostra do que pode ser o universo da pesquisa.

Assim, é notório o carácter predominantemente qualitativo desta investigação, em virtude de ambicionar mostrar e compreender melhor um fenómeno sobre o qual se tem pouco conhecimento (Ghauri & Gronhaug, 2002), de forma conseguir alcançar os objetivos traçados.

Em suma, esta investigação tem um carácter qualitativo, seguindo um foco exploratório e descritivo. Pretende identificar, analisar e perceber a atuação do Empreendedorismo Social na sustentabilidade do Associativismo, neste caso, a Associação EcoGerminar, no distrito de Castelo Branco. Paralelamente, também se incluem dois tipos de fontes de informação: fontes primárias e fontes secundárias. Nas fontes primárias utilizou-se quatro entrevistas semiestruturadas, e nas fontes secundárias, a pesquisa e análise documental.

3.3. Estudo caso - O caso da Associação EcoGerminar

3.3.1. Caracterização da instituição

A Associação EcoGerminar – Associação de Desenvolvimento do Interior de Promoção do Comércio Solidário, do Ecoturismo e Luta à Desertificação Rural, fundada em 2006 – Ano Internacional de Combate à Desertificação, é uma associação sem fins lucrativos e tem como missão Gerar Valor Sustentável do Local para o Global, com o principal objetivo de estimular um desenvolvimento local, uma economia solidária e inovação social, através da capacitação das comunidades, principalmente nas regiões do interior e rurais de Portugal, através da apresentação de novos projetos, baseados nos desafios sociais e globais do nosso quotidiano. O seu nome divide-se em dois âmbitos, eco de economia solidária e ecologia e germinar do desenvolvimento sustentável. Desta forma, a associação trabalha um conjunto de iniciativas em parceria com outros, procurando sempre promover a economia solidária e o desenvolvimento, trabalhando assim, de forma direta, com as comunidades de forma a capacitá-las.

Sendo uma associação sem fins lucrativos, é uma associação independente com uma equipa de colaboradores e voluntários devidamente qualificados nas áreas do Serviço Social e da Contabilidade e Gestão Financeira, onde todos têm algo em comum: partilham a ideia de transformação a partir do local onde se encontram inseridos.

Os princípios da Associação EcoGerminar assentam em três áreas prioritárias: desenvolvimento, gestão e intervenção. Relativamente ao desenvolvimento, baseia-se no princípio de promover a Economia Solidária, que abrange nas práticas empreendedoras, através da promoção da coesão territorial, da assistência ao desenvolvimento sustentável dos produtores, da criação de novos postos de trabalho, da valorização cultural, dos costumes do território e da preservação da natureza; no princípio da promoção da Ecologia e do Ecoturismo, que tem como objetivo a sensibilização e prevenção do meio ambiente; e no princípio da promoção do desenvolvimento local, cuja finalidade consiste na rentabilização dos recursos existentes, valorizando as parcerias, aos potenciais do território, recorrendo aos recursos locais (empresas e entidades sem fins lucrativos) e aos costumes locais como suportes de desenvolvimento.

Por outro lado, a área da gestão, refere-se o princípio do respeito pela diferença e pela opção, do relacionamento humano e institucional de respeito pelas interpretações, práticas e diferenças nas missões e princípios de intervenção na sua dimensão relacional com as entidades e outras associações; e no princípio da gestão ética e responsável, que

consiste numa gestão equilibrada baseada em valores de transparência, de equidade na tomada de decisão, e na rentabilização dos recursos envolvidos.

Para concluir, a área da intervenção, centra-se no princípio da intervenção sustentada e sustentável: princípio de intervenção sustentada em boas práticas e apoiada em estudos e práticas credíveis. Sustentável enquanto visão sustentada com base ambiental, económica, social, cultural e política; e no princípio da intervenção positiva e visão otimista, acreditando sempre nos melhores resultados e/ou nas melhores experiências (EcoGerminar, 2018).

3.3.2. Enquadramento geográfico

A Associação EcoGerminar tem a sua sede na cidade de Castelo Branco, mais precisamente na Rua da Fonte Nova nº1, Quinta da Fonte Nova, podendo ser contactada pelo e-mail ecogerminar@gmail.com. Poderão ser encontradas outras informações, tais como no seu site oficial em: <https://ecogerminar.org/> ou na sua página do facebook: <https://www.facebook.com/pg/ecogerminar>.

3.3.3. Recursos institucionais

Recursos Humanos

Como já foi referido, a Associação EcoGerminar é uma associação sem fins lucrativos, que atua através da sua equipa multidisciplinar, de colaboradores e voluntários devidamente qualificados, que trabalham em prol de uma mudança na comunidade.

Recursos Materiais / Recursos Financeiros

Os recursos financeiros da Associação EcoGerminar, resultam da prestação de serviços, do subsídio anual da Câmara Municipal de Castelo Branco e da Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do projeto Academias Gulbenkian do Conhecimento. Destaca-se a importância do voluntariado não contabilizado financeiramente, mas que viabilizou um conjunto significativo das atividades associativas.

3.3.4. Voluntariado na Associação EcoGerminar

Antes de mais, é preciso salientar que o voluntariado, em Portugal, é uma peça essencial e desempenha um papel fundamental na concretização dos projetos e parcerias das instituições, em prol do exercício da cidadania. O voluntariado é uma atividade inerente ao exercício da cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo.

O voluntário compromete-se de forma livre, a desenvolver ações de voluntariado em prol dos indivíduos, famílias e comunidades; desenvolvendo-se, assim, a um nível pessoal e profissional que permite-nos angariar experiência, para poder lidar com diversas situações, o que lhe cria uma extra motivação na ajuda em prol dos outros; seguindo princípios, tais como: a solidariedade, a participação, a cooperação, a complementaridade, a gratuidade, a responsabilidade e a convergência. No entanto, não devemos esquecer que o voluntariado, como qualquer outro projeto, têm direitos e deveres.

Qualquer individuo pode ser voluntário, desde que tenha vontade de ajudar, disponibilidade e vontade de participar nos diversos projetos promovidos pela Associação EcoGerminar, tais como o projeto de “Pela Floresta, Pelo Planeta... Por Nós!”. O voluntariado é o *“conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas”* (Lei n.º 71/98, de 3 de novembro).

3.3.5. Caracterização do Contexto Local de Enquadramento

a. Redes de Parcerias

Atualmente, a Associação EcoGerminar conta com diversas redes de parcerias locais, regionais e nacionais. Em relação às parcerias locais, conta com a Câmara Municipal de Castelo Branco, a Associação Amato Lusitano, a Escola Superior de Educação, o IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude de Castelo Branco, a Associação Empresarial da Beira Baixa e a Associação Educar, Reabilitar e Incluir Diferenças (ERID). No que toca às parcerias regionais, conta com a parceria da CooLabora e o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento (CMCD) de Idanha-a-Nova. Em termos nacionais conta com a Associação Animar - Associação Portuguesa para o

Desenvolvimento; o Fórum Cidadania & Território; ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável; RSO – Rede de Responsabilidade Social das Organizações; ATBB – Associação Turismo da Beira Baixa; RedPES - Rede Portuguesa de Economia Solidária; EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza; ETEPA - Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense.

b. Caracterização da População Alvo

Como já foi referido anteriormente, a Associação EcoGerminar elabora projetos que contribuam para a resolução dos vários problemas, em benefício de uma sociedade mais justa, solidária, equitativa e sustentável, procurando o empoderamento dos seus público-alvo e promover uma cidadania ativa.

Desta forma, a Associação EcoGerminar trabalha com um público-alvo variado, que abrange as pessoas no geral, isto é, procura trabalhar para a comunidade como um todo. No entanto, de projeto para projeto, verifica-se uma variância nos destinatários, desde crianças, jovens a idosos.

3.3.6. O Empreendedorismo Social na Associação EcoGerminar

Todas as situações sociais são diferentes, por isso as respostas sociais e as políticas sociais adotadas pelos empreendedores sociais são diferentes também. *“A política social pode ser entendida simultaneamente como um campo de estudo e de ação do Estado de bem-estar, construído por todos os atores políticos e visa a reprodução das relações sociais, a regulação da atividade económica, a igualdade de oportunidades, promovendo a justiça social, a equidade e a eficiência de modo a reduzir as desigualdades, lutar contra a pobreza prevenindo problemas sociais, protegendo socialmente os indivíduos do risco social”* (Carvalho, 2005).

A Associação EcoGerminar (eco de economia solidária e ecologia, como pilares do germinar o desenvolvimento sustentável) promove, junto da comunidade albicastrense, um conjunto de iniciativas em parceria de modo a reivindicando respostas para os problemas evidenciados, gerando respostas em parceria entre o poder local e a sociedade civil organizada. Atualmente e passados 15 anos de história, e de um património humano ímpar construído com fortes e afetivas relações humanas com um objetivo comum,

promover uma economia solidária e o desenvolvimento local através da capacitação das comunidades.

Pode-se ainda afirmar que uma organização do terceiro sector, onde se enquadra a Associação EcoGerminar, é uma organização de iniciativa privada, que produz bens e serviços e formas de aumentar a qualidade de vida e da sociedade, onde existe voluntariado e onde não existe remuneração para os fornecedores ou detentores do capital da mesma organização (Carvalho, 2005) (Joaquim, 2007, p.30).

A sede da Associação EcoGerminar, situa-se na cidade de Castelo Branco. Sendo este um concelho do interior de Portugal, com várias aldeias dispersas pelo seu território, todas elas com problemas de desertificação populacional e envelhecimento, a associação dinamiza iniciativas e projetos, com o objetivo de promover um desenvolvimento local e um envelhecimento ativo, através da capacitação das populações.

Algumas das principais iniciativas e projetos desenvolvidos pela associação em prol da promoção do empreendedorismo, da inovação social e do desenvolvimento comunitário, são, por exemplo:

- Projeto Academias Gulbenkian do Conhecimento (a decorrer) - este projeto tem como objetivo principal desenvolver competências de colaboração, pensamento estratégico e de resiliência junto de 150 jovens para apoiarem o desenvolvimento das suas comunidades (Urbes e Contextos Comunitários), através da implementação da metodologia de referência CRIATIVIDADE - Problem Solvers em Ação no concelho de Castelo Branco.
- Projeto Há Festa no Campo (Apoio Fundação Calouste Gulbenkian) - este projeto procurou encontrar propostas de dinamização social e cultural para a União das Freguesias do Freixial e Juncal do Campo em conjunto com os habitantes e associações locais e outras entidades. Participou em assembleias comunitárias, com o objetivo de identificar oportunidades e necessidades locais; preparação e organização de iniciativas e eventos socioculturais com a população, como exposições de pintura, fotografia, teatro, vídeos, música, dança, poesia entre outras atividades, relacionados com os costumes, memórias e festividades locais (Domingues, 2018).

Apesar de ser uma associação sem fins lucrativos, necessita de adotar uma prática de sustentabilidade empresarial, para consequentemente, apresentar uma estabilidade financeira e social, ou seja, adota ações e políticas sustentáveis, economicamente, socialmente e ambientalmente, adotadas por uma empresa ao longo das operações, desenvolvimento e produção de suas mercadorias ou serviços, que tem como propósito melhorar a qualidade de vida da população como um todo, visando reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos e serviços básicos, como educação

e saúde, tanto as empresas como as instituições sociais, atuam com responsabilidade social, havendo um comprometimento dos empreendedores em adotar um comportamento ético e contribuir para a sustentabilidade, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo (Morgado, 2013).

Estas situações tratam de um mesmo especto, ou seja, a adoção de práticas sustentáveis financeiras e sociais. Transformar estas metas em realidade implica que a Associação EcoGerminar siga a sua estratégia de sustentabilidade que assenta em os três eixos estratégicos estabelecidos, que pretendem contribuir para a promoção da educação para o desenvolvimento local, da cidadania e do desenvolvimento local e rural, potenciando também o trabalho em rede e em parceria, sendo estes: Eixo 1 - Educação para o desenvolvimento e cidadania global; Eixo 2 – Intervenção artística e cultural para a intervenção social; Eixo 3 – Economia Solidária, Desenvolvimento Local e Turismo Social; e Eixo 4 – Intervenção Social e Artística.

A associação, presidida por um empreendedor social e um dos fundadores, apaixonado pelo desenvolvimento local e economia solidária, pela possibilidade de contribuir para comunidades mais sustentáveis e geradoras da transformação social pela positiva, procura promover o seu contributo ao fazer parceria com várias entidades sem fins lucrativos de Castelo Branco e outras nacionais, promovendo iniciativas e eventos que convergem para a procura de modelos alternativos de desenvolvimento.

Desta forma, podemos entender que a Associação EcoGerminar trabalha dentro do empreendedorismo social, que trabalha e promover agentes de inovação social, que acreditam que tudo é possível e que a realidade deve ser desafiada.

3.4. Recolha de Dados

A recolha de dados para estudos qualitativos numa vertente exploratória permite complementar a revisão de literatura. Segundo Mathilde du Ranquet, (1996), Bell (2005) e Peters (2005), a recolha de dados passa pelos seguintes pontos: 1) Recolha documental e sua análise; 2) Inquéritos; 3) Entrevistas; 4) Estudos por observação; e 5) Análise de dados. Assim, definiu-se que os instrumentos de recolha de dados seriam a recolha documental e a entrevista, uma vez que é *“um instrumento privilegiado nos estudos descritivos, com uma abordagem qualitativa”* (Reis, 2018, p.95), o que permite ao investigador estabelecer uma relação com o entrevistado de forma a obter as informações relevantes para a investigação, sendo uma forma válida de aceder às perceções das pessoas, aos significados e definições das situações e às construções da realidade.

A recolha de informação foi concretizada através de análise documental e da realização de quatro entrevistas realizadas junto dos colaboradores da associação que se disponibilizaram para colaborar no estudo (Apêndice A). Este foi desenvolvido com o intuito de obter dados necessários para complementar da revisão de literatura e dar suporte à análise empírica.

Todo este processo decorreu em duas fases distintas, dividindo-se então na recolha de informação através das fontes secundárias, a pesquisa e análise documental, e na realização de quatro entrevistas semiestruturadas via Zoom, isto é, através de um meio de comunicação online disponível para o poder preceder à realização das entrevistas, perante a situação atual da pandemia do Covid-19 no nosso país e no mundo.

A entrevista semiestruturada é um instrumento utilizado no âmbito de uma investigação qualitativa (não experimental), que se caracteriza pela distância e envolvimento do investigador com o objeto de estudo, quando este investigador admite a influência mútua da experiência pessoal e da ciência e usa a sua personalidade como instrumento ao mesmo tempo que usa os sentimentos e a razão nas suas ações. Assim, esta entrevista tem como principal objetivo aferir a satisfação dos inquiridos sobre a atividade.

Estas entrevistas foram realizadas a quatro membros da associação, com trabalhos diferentes na mesma, com o objetivo de obter as diferentes perspetivas e respostas de cada um.

As questões da entrevista foram selecionadas com o objetivo de atender aos objetivos da pesquisa. Cada objetivo específico foi alcançado com base numa ou mais questões que se encontram no guião das entrevistas. O guião das entrevistas (Apêndice B) é composto por dezanove perguntas, sendo que destas, a primeira remete para os dados sociodemográficos dos entrevistados (sexo, idade, habilitações literárias como a

formação acadêmica e profissional, interesses, experiências prévias, cargo desempenhado), e as restantes dezanove perguntas vão permitir chegar aos objetivos deste trabalho, analisar o papel do Empreendedorismo Social na sustentabilidade da Associação EcoGerminar, identificando a sua influência sobre a sustentabilidade da associação.

Capítulo 4: Análise e discussão dos resultados

No presente capítulo irei analisar e apresentar os resultados obtidos através da análise das quatro entrevistas com o devido tratamento de dados estipulado para o efeito.

Começo então por analisar o perfil dos quatro colaboradores que se disponibilizaram a colaborar neste estudo. Como demonstra a Tabela 1, verificamos têm idades entre os 22 e os 44 anos, e que dos quatro colaboradores entrevistados, três são do sexo feminino. Destes, verificamos ainda, que os dois colaboradores com cargos executivos na associação têm uma formação académica bastante enriquecida, desde ter o grau de licenciatura até ao doutoramento, e uma formação profissional adequada ao trabalho da Associação EcoGerminar.

Tabela 2 - Caracterização do perfil dos entrevistados

Nome	Idade	Sexo	Formação Académica	Formação Profissional / Experiências prévias	Cargo desempenhado
Sujeito 1	22	F	Licenciatura em Serviço Social	Voluntariado	Estagiária
Sujeito 2	22	F	Licenciatura em Serviço Social e a frequentar o mestrado	Sim, um ano na Associação como estagiária	Assistente Social e Técnica de Projetos
Sujeito 3	40	F	Licenciatura em Animação Sociocultural; Pós-graduação em Intervenção Social Escolar; Pós-graduação no Ensino Especial; e a frequentar o Mestrado em Ensino Especial	Voluntariado; Professora na ETEPA - Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense Lda	Vice-Presidente
Sujeito 4	44	M	Licenciatura em Serviço Social; Mestre em Economia Social e Solidária; Especialista em Serviço Social; Doutoramento em Sociologia	Desde áreas associadas a projetos de luta contra a pobreza até aos idosos; Diretor Técnico de uma Instituição de acolhimento de crianças e jovens; Coordenador e técnico de projetos na área das toxicodependências, formação e qualificação de organizações sociais na área ambiental;	Presidente

				Docente na Escola Superior de Educação de Castelo Branco.	
--	--	--	--	---	--

Fonte: Elaboração Própria

Após ser feita a análise dos perfis dos entrevistados, procedeu-se a análise das dezoito perguntas realizadas com o objetivo de analisar o papel do Empreendedorismo Social na sustentabilidade da Associação EcoGerminar, identificando a sua influência sobre a sustentabilidade da associação.

Relativamente à questão 2 “Conhece os termos de empreendedorismo e empreendedorismo social? Se sim, pode explicar o que entende por estes termos?”, verifica-se, após uma análise das respostas, que todos os entrevistados reconhecem que conhecem os termos e procuram explicar também de acordo com os seus conhecimentos na área. É importante realçar, que apesar de haver dificuldades na explicação das diferenças dos conceitos, de uma forma global, os quatro entrevistados consideram que o empreendedorismo é uma capacidade que temos de agarrar novas ideias e projetá-las, de forma a criar novas ideias/projetos inovadores com criatividade, enquanto que o empreendedorismo social, para além de acrescentar, promover e trabalhar em prol da mudança na sociedade e/ou em grupos mais vulneráveis, através de projetos ou iniciativas sustentáveis, criativas e inovadoras que promove o empoderamento e a tomada de decisão a todos os sujeitos envolventes, de forma a projetar novos conhecimentos e procurar resolver os problemas sociais detetados.

Na questão 3 “Na sua opinião, qual a melhor forma de identificar o empreendedorismo social?”, apesar de todos procurarem responder de uma forma simples e objetiva, dentro dos seus conhecimentos, verifica-se a dificuldade que existe nesta identificação, pois na maioria, consideram que os fatores mais importantes são o facto de serem projetos que trabalhem para o âmbito social, serem criativos, inovadores e um que trabalhe com e para as pessoas e ser inovador, de forma a ajudar as necessidades da população.

Por sua vez, na questão 4 “O que o levou a trabalhar nesta área do empreendedorismo social? Houve alguma inspiração?” verifica-se que os quatro entrevistados destacam para o facto de terem esta veia para o empreendedorismo social, no sentido de querem ajudar os outros, com atitudes, iniciativas e projetos diferenciados que marquem pela positiva a nossa sociedade. Uma das entrevistas refere mesmo que a Associação EcoGerminar, pelo trabalho que realiza em prol da comunidade albicastrense, desde crianças e jovens a idosos, é uma das suas fontes de inspiração uma vez que “(...) é uma associação que tem se preocupa em fazer com que a comunidade se torne mais dinâmica, autónoma e inovadora, e que acima de tudo está disposta a escutar as necessidades para depois encontrar as melhores soluções para as mesmas (...)”.

Analisando as respostas à questão 5 “Considera que Portugal é um país de empreendedores sociais e que os portugueses têm potencial empreendedor? Porquê?”, os quatro entrevistados não têm dúvidas, ao responderem afirmativamente, uma vez que consideram que Portugal um país de empreendedores sociais, porque cada vez mais estão a ser valorizados as ideias dos pequenos projetos mais aberto ao mundo e `s necessidades da sociedade.

Na pergunta 6 “Descreva, de forma breve, a Associação EcoGerminar”, apesar de terem formas diferentes de descrever e classificar a associação, todos referem que se trata de uma “(...) verdadeira empreendedora social (...)” inovador e criativa, fundada em 2006, que trabalha com jovens e para jovens, permitindo pensamento ativo e criativo, ao mesmo tempo que promover a mudança em Castelo Branco nos diferentes eixos de intervenção da mesma. Uma associação que procura, ao máximo, dar respostas aos problemas sociais que se vão evidenciando, de forma criativa, de forma a procurar dar resposta a estes problemas com projetos inovadores. Consideram mesmo a associação como sendo livre, no sentido de dentro dos seus eixos de intervenção, conseguir idealizar projetos e ideias, conseguindo mostrar que realmente o valor que temos e os nossos ideais, estando sempre disponíveis para novas candidaturas e novos projetos.

A pergunta 7 “Tendo em atenção a sua experiência de trabalho nesta associação, consideram que esta trabalha dentro do empreendedorismo ou do empreendedorismo social? Porquê?” todos os entrevistados consideram, sem dúvida, que esta trabalha dentro do empreendedorismo e do empreendedorismo social, mais no empreendedorismo social, uma vez que os projetos que a EcoGerminar se propõe a implementar são inovadores e promotores de mudança que visa ao empoderamento dos seus públicos-alvo e da transformação social.

Relativamente à questão 8, “Identifiquem projetos e/ou atividades promovidas pela EcoGerminar, que considerem que sejam de tipo de empreendedorismo social?”, dos mais diversos dos projetos e iniciativas que a EcoGerminar tem de cariz de

empreendedorismo social, houve projetos e iniciativas que os entrevistados referiram em comum, sendo estas: a Feira BrincoTrocas, o Projeto Academias Gulbenkian do Conhecimento, o Projeto “Democracia para Menores”, o Debate Autárquicas Castelo Branco 2021 moderado por jovens, entre outros. De seguida, questiona-se “Porque é que escolheu estas?”, os entrevistados referem que escolheram estas, porque para além de serem iniciativas e projetos que mais me marcaram ao longo destes anos, a associação trabalha, ao máximo, “(...) para dar respostas aos problemas sociais, promovendo a mudança em Castelo Branco, através de projetos e iniciativas diferentes, criativas e inovadoras, de capacitação, combatendo o desperdício, chamando atenção para o consumismo e para a poluição, que até a data ainda não se tinha visto a concretizar na nossa cidade, nos diferentes públicos-alvo”.

Na questão 9, questiona-se os entrevistados se “Conhece os termos de empreendedor e empreendedor social? Pode distingui-los? Se sim, considera-se empreendedor ou empreendedor social?”, onde todos os entrevistados responderam afirmativamente, apesar de apresentarem formas diferentes de distinguir o empreendedor do empreendedor social. De uma forma geral, os entrevistados consideram que uma das formas de “(...) identificar os empreendedores sociais é pelas suas atitudes e valores, que deixam a marca nestes projetos e que despertem nas pessoas o verdadeiro interesse pela mudança da sociedade (...)”, por outras palavras, um empreendedor é uma pessoa “(...) que cria projetos para seu interesse, enquanto um empreendedor social é aquele que cria projetos em prol da sociedade colmatando as suas necessidades de vulnerabilidades”.

A questão 10, “Na sua opinião, qual a melhor forma de identificar os empreendedores sociais?”, os entrevistados referem que “(...) melhor forma de identificar os empreendedores sociais é pelas suas atitudes e valores, que deixam a marca nestes projetos e que despertem nas pessoas o verdadeiro interesse pela mudança da sociedade”, deixando “(...) a sua marca positiva num determinado local ou em projetos que despertem nas pessoas o verdadeiro interesse pela mudança e pela transformação social”.

Por sua vez, a questão 11 “Na sua opinião, qualquer pessoa pode apreender a ser a empreendedor social?”, os quatro entrevistados responderam de forma afirmativa, novamente, pois consideram que “(...) todos podem se tornar empreendedores sociais, desde que queiram. Ou seja, mesmo que não tenham as características adjacentes ao empreendedorismo social, podemos sempre adquiri-las e melhorá-las ao longo da nossa vida e da nossa experiência pessoal”, onde é importante “(...) terem motivação e interesse pela área, espírito de equipa, empenho e respeito por aqueles que com eles caminham lado a lado, e sobretudo empatia pelos sujeitos com que irão intervir direta e indiretamente (...)”.

Na questão 12, “No ambiente de crise económica que estamos a atravessar, como é que um empreendedor social deve encarar esta realidade?”, os entrevistados referem que, de uma forma geral, os empreendedores sociais devem encarar como “(...) um novo desafio e uma oportunidade que antes não era possível, pois, normalmente, é através das crises que surgem grandes oportunidades, como se pode confirmar com os projetos que foram surgindo em plena pandemia mundial de Covid-19”.

A questão 13, “Na sua opinião, considera que existem mecanismos adequados e suficientes para apoiar iniciativas e projetos de empreendedorismo social? Ou, pelo contrário, considera que existem condicionantes? Se sim, quais?”, verifica-se respostas diferem tendo em conta os diferentes cargos dos entrevistados na associação. Consideram que “(...) que se a “máquina” tivesse oleada no sentido de apoiar e de incentivar, e até mesmo reconhecer o valor dos empreendedores sociais, não tenho dúvida nenhuma que seriam projetos sustentáveis (...)”, onde existem “(...) mecanismos adequados, mas que não são suficientes”, porém com o passar dos anos, verifica-se um maior número de apoios e financiamentos a este “(...) tipo de iniciativas e projetos de empreendedorismo social”. Foi referindo ainda que também existem condicionantes, como por exemplo, “(...) em Castelo Branco e Covilhã, para podermos implementar um projeto, não temos técnicos nem coordenadores para esse projeto”, uma vez que nos dias de hoje, um empreendedor social para ser coordenador de um pequeno ou grande projeto social tem de ter um bom currículo, ao nível da formação e experiência; porém conseguem ser ultrapassados, através de parcerias e as incubadoras sociais que ajudem a implementar os projetos/iniciativas sociais.

Já na questão 14, onde se questiona sobre “Em que medida a dinamização do empreendedorismo social poderá vir a potenciar o crescimento económico do nosso país?”, os entrevistados referem que os empreendedores sociais “(...) são pessoas honestas, o que leva a que cumpram os regras e parâmetros todos, que vai levar a melhores condições de vida e a um maior número de postos de trabalho”, o que permite a “(...) aplicação do empreendedorismo social poderá impulsionar no nosso país melhores condições de vida, aumento de postos de trabalho, uma crescente informação e conhecimento por parte de toda população, contribuindo para o bem-estar social e ambiental”.

Na questão 15, questiona-se os entrevistados “Relativamente à Associação EcoGerminar, quais as fontes de financiamento que existem?”, e onde se verifica que as respostas foram as mesmas, à exceção de um entrevistado que não tem conhecimento total sobre este assunto. Desta forma, as fontes de financiamento principais são “(...) através das candidaturas de projetos que fazemos, nomeadamente a Fundação Calouste Gulbenkian e o IPDJ. Depois, a associação tem ainda um apoio financeiro da Câmara

Municipal de Castelo Branco. E é através destas entidades, através das candidaturas, que nos têm dado alguma estabilidade, nomeadamente, para termos um posto de trabalho”.

Na questão 16 pergunta-se “Considera que o objetivo social e o objetivo financeiro têm a mesma importância para a associação?”, e verifica-se que as respostas são quase todas iguais, pois um dos entrevistados, refere que para haver um tem de ser ter em atenção o outro também, ou seja, “(...) tendo em conta que o objetivo da associação é canalizar respostas para o apoio social, mas claro uma coisa não pode estar desassociada da outra pois elas são paralelas, pois temos que dar estabilidade a quem trabalha”. No entanto é importante realçar que a maioria dos entrevistados, considera que o “(...) o seu objetivo social sobrepõe-se ao objetivo financeiro. É uma associação que vive com e para a comunidade albicastrense e que tenciona crescer e aprender em simultâneo”.

Por sua vez, a questão 17 questiona os entrevistados sobre “Qual o maior obstáculo presente no seu trabalho?”, estes têm respostas muito diferenciadas, desde a situação financeira da associação, quem nem sempre tem “(...) fontes de financiamento certas... o que é hoje não é amanhã. A realidade financeira é sempre muito instável”, até à falta de tempo para trabalhar em vários projetos ao mesmo tempo, em conjunto com o trabalho que têm fora da associação.

Já a questão 18, “Considera que a Associação EcoGerminar consegue sobreviver dos seus projetos de empreendedorismo social?”, os entrevistados responderam de forma afirmativa, apesar de realçarem que sobreviver é “(...) a palavra certa para esta pergunta. São muitos os projetos que a associação desenvolve, contudo nem sempre são os melhores dos melhores e/ou os suficientes, onde por consequente prejudica o funcionamento e financiamento da mesma”, dizendo ainda que se “(...) até agora conseguimos sobreviver e esperamos que continue, pelo que temos de arranjar sempre mais projetos e ideias inovadoras”.

Por fim, na questão 19 “Como analisa o equilíbrio entre a sustentabilidade financeira da organização e o impacto social criado pela mesma?”, todos os entrevistados referem a associação, ao longo dos anos tem realizado este equilíbrio entre a sua sustentabilidade financeira e o impacto social, trabalhando positivamente em prol da comunidade, conseguindo os meios financeiros necessários para atuar junto da população, aprimorando as melhores formas de dar a conhecer em maior escala a sua missão e os seus valores sociais. No entanto, salientam que “(...) uma coisa não pode viver com a outra”, uma vez que tem de haver uma “balança”, não se pode fazer muitos projetos se não tiverem algum tipo de financiamento para a realização dos mesmos. Porém existem atividades que permitem contornar estas situações, pegando “(...) em ideias que tenham um baixo custo financeiro, como por exemplo o debate, onde tivemos um custo

financeiro de zero euros, mas por contrapartida, tivemos um ganho de cerca de 80% de impacto social nos jovens de Castelo Branco.”

4.1. Discussão de Resultados

Posto isto, importa agora, a fim de concretizar o objetivo principal deste trabalho, de identificar, analisar e perceber a atuação do Empreendedorismo Social na sustentabilidade do Associativismo, neste caso, a Associação EcoGerminar, no distrito de Castelo Branco.

A grande diversidade da Economia Social e Solidária, onde se insere a Associação EcoGerminar, resulta da diversidade de iniciativas direcionadas para satisfação de necessidades locais e/ou sociais e a incorporação de atividades de mercado com objetivos sociais, encontrando-se, também, associada a uma pluralidade de formas jurídicas e formas de gestão, em prol do objetivo principal, a promoção de um modelo económico viável. Estas organizações são inovadoras e criativas, em comparação às restantes, uma vez que se relacionam de forma diferente com o Mercado e com o Estado, dando origem a novas e diferentes formas de proveitos (Morgado, 2013), como é o caso da Associação EcoGerminar.

Assim, a análise do nível financeiro é fundamental para o conhecimento das organizações sociais portuguesas, organizações que integram o Terceiro Setor, uma vez que estas, a par com a sociedade portuguesa, passam por desafios difíceis, mas simultaneamente interessantes, pois tem como missão criar valor para a sociedade, isto é, por outras palavras, promovem o impacto na sociedade, através da prestação de serviços, em prol da resolução de problemas que não estão a ser resolvidos de forma eficaz e rápida por outros agentes, nomeadamente os públicos (o Estado). É por esta razão que considero importante identificar o papel do Empreendedorismo Social na sustentabilidade da associação.

O Empreendedorismo Social é uma realidade que se foi multiplicando, através do número de iniciativas no âmbito nacional, nomeadamente na área da Economia Social e Solidária, nas Cooperativas, Associações, Fundações, Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Começando pela identificação e prática do empreendedorismo social na Associação EcoGerminar, é possível verificar que esta existe, através da análise das respostas das quatro entrevistas e da análise documental da associação, como os Estatutos da Associação EcoGerminar (Anexo A) e o Relatório de Atividades e Contas 2018 e de 2019. Através da análise das entrevistas, podemos considerar, que os entrevistados, definem o empreendedorismo social como uma ação inovadora, voltada para o campo social, cujo

processo se inicia com a observação de um determinado problema social, para a qual se procura, em seguida, dar resposta.

Todas as situações sociais são diferentes, por isso as respostas sociais e as políticas sociais são diferentes também. As políticas sociais não são apenas da responsabilidade do Estado (primeiro setor), pois com a incapacidade de este responder a todos os problemas/questões sociais, o terceiro setor começou a intervir nos problemas/questões sociais. Desta forma, o terceiro setor é composto por organizações não governamentais e sem fins lucrativos, que desenvolvem ações em prol da atuação nos problemas em que a ação do setor público e privado se revela insuficiente, de modo a promover o bem-estar da população, este setor possui um papel essencial na sociedade. *“Em Portugal, as organizações sociais não lucrativas constituem um importante campo de trabalho para os assistentes sociais e técnicos de política social, uma vez que constituem, hoje em dia, um dos principais prestadores de serviços sociais”* (Branco e Fernandes, 2005).

E é aqui que identifico e verifico que a associação trabalha dentro do empreendedorismo social, uma vez que apesar de organização de iniciativa privada, que produz bens e serviços e formas de aumentar a qualidade de vida e da sociedade, esta continua, ano após ano, a trabalhar em prol da comunidade, que procura, ao máximo, dar respostas aos problemas sociais que se vão evidenciando, através de projetos e iniciativas diferentes, criativas e inovadoras, de capacitação, de forma a procurar dar resposta a estes problemas com projetos inovadores, onde os projetos e/ou iniciativas são ao máximo direcionados para os públicos-alvo dos eixos de intervenção da associação, que até a data ainda não se tinha visto a concretizar na nossa cidade, nos diferentes públicos, conseguido mostrar que o valor que a associação tem e seus ideais, estando sempre disponíveis para novas candidaturas e novos projetos, sem nunca virar costas a um desafio.

Ao analisar a importância do Terceiro Setor, temos de ter em atenção que o interior e as zonas rurais têm cada vez menos população, pelo que é imprescindível voltar a fomentar a atividade local de forma a incentivar a promoção do desenvolvimento social local e a construção de um país mais coeso e equitativo (Almeida, 2015), situação que a Associação EcoGerminar promove com diversos projetos e atividades.

Entre 1997 e 2007, nota-se o crescimento do Terceiro Setor português, onde se verificou um aumento do número de organizações que dele passaram a fazer parte (90%) (Carvalho, 2010). Portanto, a inovação no setor exprime-se pelo aparecimento de novas organizações, ornamentadas com distintas formas jurídicas e pela formação de entidades de representação institucional (Quintão, 2011). De salientar que, nas organizações não lucrativas, como a Associação EcoGerminar, a missão é muitas vezes de longo prazo, e não em prol à satisfação no momento. Porém, a orientação recente é comparável com a

realidade de um setor, que está dependente de financiamento público e privado. Isto reflete-se, pelo peso das entidades religiosas e de assistencialismo (parte do Terceiro Setor), pela imposição de formação e profissionalização do setor, bem como, pela carência de dinamismo da sociedade civil e da ação coletiva (Franco et al., 2005).

Como já foi referido, a Associação EcoGerminar atua através da sua equipa multidisciplinar, de colaboradores e voluntários devidamente qualificados, nas mais diversas áreas, trabalham em prol de uma mudança na comunidade. E são estes mesmos colaboradores que se identificam como empreendedores sociais, uma vez que são eles que trabalham para que a associação desenvolva dia após dia, novos projetos e atividades de empreendedorismo social, sendo livres para apresentarem novas formas de metodologia e de atividades, agilizando e revolucionando nas respostas a dar, perante um determinado problema social, que não estava a ser resolvidos de forma eficaz e rápida por outros agentes.

A grande diversidade da Economia Social e do Terceiro Setor, que cada vez mais verificamos, resulta da diversidade de iniciativas direcionadas para satisfação de necessidades e a incorporação de atividades de mercado com objetivos sociais, encontrando-se, também, associada a uma pluralidade de formas jurídicas e formas de gestão, em prol do objetivo principal, a promoção de um modelo económico viável. Estas organizações, consideram-se inovadoras, em comparação às restantes, uma vez que se relacionam de forma diferente com o Mercado e com o Estado, dando origem a novas e diferentes formas de proveitos.

Assim, a análise do nível financeiro, a sustentabilidade, é fundamental para o conhecimento das organizações sociais portuguesas, incluindo as organizações que integram o Terceiro Setor², uma vez que estas, a par com a sociedade portuguesa, passam por desafios difíceis, mas simultaneamente interessantes, pois tem como missão criar valor para a sociedade, isto é, por outras palavras, promovem o impacto na sociedade, através da prestação de serviços, em prol da resolução de problemas que não estão a ser resolvidos de forma eficaz e rápida por outros agentes, nomeadamente os públicos (o Estado). É por isto, que se considera que a relação com o Estado assume um papel central na discussão da economia social e solidária e das instituições do Terceiro Setor, existindo uma grande diversidade de posições e de formas de relacionamento com a administração pública, porém não é a única hipótese de financiamento (Ferreira & Moreira, 2014).

² Termo usado para fazer referência ao conjunto de sociedades privadas ou associações que atuam no país sem finalidade lucrativa. O terceiro setor atua exclusivamente na execução de atividades de utilidade pública. Possuem gerenciamento próprio, sem interferências externas.

Segundo os mesmos autores, o mercado financeiro da economia social em Portugal, nos dias de hoje, encontra-se numa fase de reformulação e expansão, onde se verifica que esta se baseia num financiamento maioritariamente assistencialista e muito centrado em doações, patrocínios e contratualizações com o Estado, ou seja, por outras palavras, é cada vez mais notável que o setor de economia social, como nós o conhecemos, está cada vez mais concentrado em novas possibilidades de financiamento, que ajudam a alargar o espectro e a diversidade do mesmo, adaptando-se progressivamente às necessidades sentidas das iniciativas da economia social.

Desta forma, é fundamental inovar o acesso ao financiamento por parte das organizações com missão social, para que estas possam realizar com maior potencial a sua atividade, pois só desta forma conseguiremos resolver os problemas mais prementes da nossa sociedade, como acontece com a Associação EcoGerminar. A falta de recursos financeiros adequados às necessidades específicas da economia social é uma verdade patente em Portugal, que cada vez mais se verifica no dia-a-dia das instituições de economia social.

Para completar este tópico, é necessário identificar a grande dificuldade que se verifica no financiamento da Economia Social, que é assegurar e melhorar a sua sustentabilidade financeira, capacitar os seus dirigentes e possibilitar que sempre dentro de parâmetros de qualidade e segurança, possam ver desburocratizados e facilitados os seus procedimentos (Leite, 2014, p.45). Assim, instituições sociais dependem de financiamento de projetos, sejam eles nacionais ou europeus, pois não tem capacidade financeira autossuficiente para garantir a sua sustentabilidade, pelo que podemos concluir que, mais do que falta de recursos, existe uma grande discrepância entre a oferta e a procura de financiamento.

Desta forma, é importante que a organização social se foque numa perspetiva diferente da sustentabilidade, na qual deve ser criado um modelo de negócios adequado para que consiga erradicar o problema identificado, através da inovação, da criação de soluções que se autofinanciem com base no lucro gerado e produzam impacto.

A sustentabilidade é um tema intrínseco à natureza do Empreendedorismo Social, uma vez que a entidade deve ser sustentável para poder promover novas iniciativas/projetos. A sustentabilidade, enquanto conceito sistémico congrega a ideia de continuidade dos fatores económicos, sociais e ambientais na dinâmica de funcionamento organizacional, é conscientemente assumida como um princípio estratégico fundamental para a sobrevivência.

Relativamente ao papel que o empreendedorismo social apresenta na sustentabilidade da associação, é possível verificar que este é o fator principal para a estabilidade financeira e social da mesma. A EcoGerminar, trabalhando dentro do

empreendedorismo social, trabalha em prol da comunidade albicastrense, desde crianças e jovens a idosos, e que se preocupa em fazer com que a comunidade se torne mais dinâmica, autónoma e inovadora, e que acima de tudo está disposta a ouvir as necessidades para depois encontrar as melhores soluções para as mesmas. No entanto, para isto acontecer, necessita de financiamento.

As entidades, mais conhecidas por ONG's (Organizações Não Governamentais), como por exemplo a Associação EcoGerminar depara-se com problemas diariamente, despertando para o risco da sustentabilidade social e financeiro, sendo que conseqüentemente, os projetos/iniciativas poderão ser atingidos, não apresentam capacidade financeira autossuficiente para garantir a sustentabilidade do projeto/iniciativa por meios próprios, para minimizar dificuldades, melhora e capacita os indivíduos beneficiantes destes projetos, com a adoção de novas estratégias construtivas em prol da melhoria social da nossa sociedade para ultrapassar dificuldades, concorre a concursos, locais, nacionais, europeus e mesmo mundiais, fomentados por entidades que consideram que os projetos sociais são fundamentais para dar resposta a situações específicas.

Porém isto não é assim tão fácil como parece, pois, ainda são poucas as entidades públicas e privadas que se disponibilizam para apoiar projetos de empreendedorismo social, como os desenvolvidos pela associação, uma vez que estas também se deparam com problemas diariamente. O que implica que a EcoGerminar esteja em constante criação e desenvolvimento de novas propostas de projetos sociais, que apenas são implementados quando as entidades promotoras têm capacidade de financiamento e estão disponíveis para os promover, permitindo assim que estas propostas inovadoras e criativas saiam do desenho para a realidade.

O conjunto destas atividades desenvolvidas e financiadas ajuda a melhorar o equilíbrio da estabilidade social e financeira da associação, contribuindo para o melhor funcionamento da associação, da sua missão, dos seus objetivos e dos seus valores sociais. Social porque permite à associação, abranger um maior leque de objetivos, tendo em conta os meios necessários para causar um impacto social positivo na comunidade. Por outro lado, financeiro, uma vez que necessita do(s) financiamento(s) para implementar os seus projetos e iniciativas, com os colaboradores necessários, sem colocar em causa a sustentabilidade da associação.

Portugal é um país de empreendedorismo social e de empreendedores sociais, porque a cada ano que passa, perante a situação pandémica mundial, cada vez mais, estão a ser valorizados as ideias dos pequenos projetos, como os desenvolvidos pela EcoGerminar, que com novas ideias e diferentes formas de trabalhar, permitem dar resposta aos problemas sociais que vão surgindo na nossa sociedade e no mundo.

Em Portugal, o Terceiro Setor e a Economia Social têm contribuído para a coesão social, combatendo o desemprego, a instabilidade laboral, bem como a exclusão social entre os grupos mais vulneráveis, através do desenvolvimento de diversas atividades. Alguns dos atributos da economia social assentam na capacidade de oferecer respostas inovadoras às necessidades sociais conjugando rentabilidade e solidariedade, associando a produção e o desenvolvimento sustentável e potenciando o exercício da cidadania ativa e da responsabilidade social empresarial. Pela sua natureza, também procura dar resposta às carências de bens e serviços da sociedade, aproveitando os recursos disponíveis na criação de emprego e na aplicação de uma responsabilidade partilhada e inspirada por valores humanos e cívicos (Silva, 2010 citado por Barbedo, s/d, p.11).

Segundo Oliveira (2012, p.31) “*Em Portugal, o volume de emprego criado pela Economia Social, assume menor preponderância relativamente a outros países da Europa, no entanto não deixa de ser significativo particularmente na era atual, onde as organizações da Economia Social são chamadas a intervir como auxiliares das políticas sociais, a nível da inserção de grupos excluídos (ao abrigo por exemplo das iniciativas do Mercado Social de Emprego)*”.

A Economia Social em Portugal e os seus contributos³:

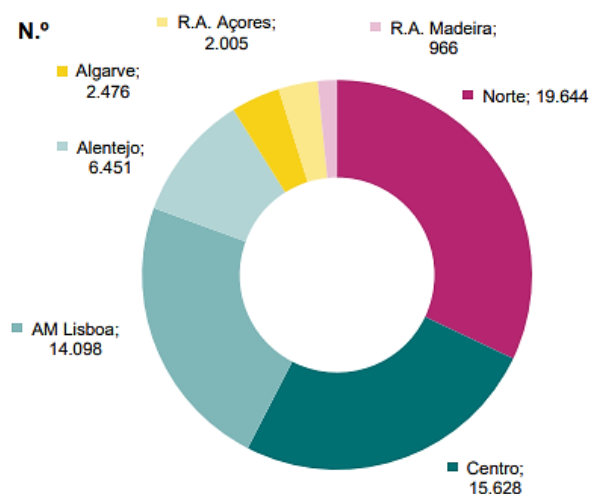
1. A Economia Social contribui com quase 4% para o PIB nacional;
2. Mais de 260 mil trabalhadores dedicados a atividades ligadas à economia social;
3. Mais de 55 mil entidades envolvidas;
4. Quase 15 milhões de euros de recursos utilizados em projetos de Economia Social;
5. A economia social, enquanto o chamado terceiro sector já contribui com 3,8% para o PIB nacional com trabalho voluntário.

Desta forma, pode-se referir que a Economia Social é um núcleo de utilidade social multidimensional, uma vez que proporcionando a coesão social, o desenvolvimento local e regional, a inovação e o emprego.

Numa ótica territorial (NUTS II), como se pode verificar no gráfico 1 e 2 o Norte congregou 32,0% das unidades da CSES, seguido pelo Centro (25,5%) e pela Área Metropolitana de Lisboa (23,0%). Analisando a distribuição por NUTS III, a Área Metropolitana de Lisboa e a Área Metropolitana do Porto, em conjunto, concentraram mais de 1/3 do total de unidades da Economia Social (34,7%).

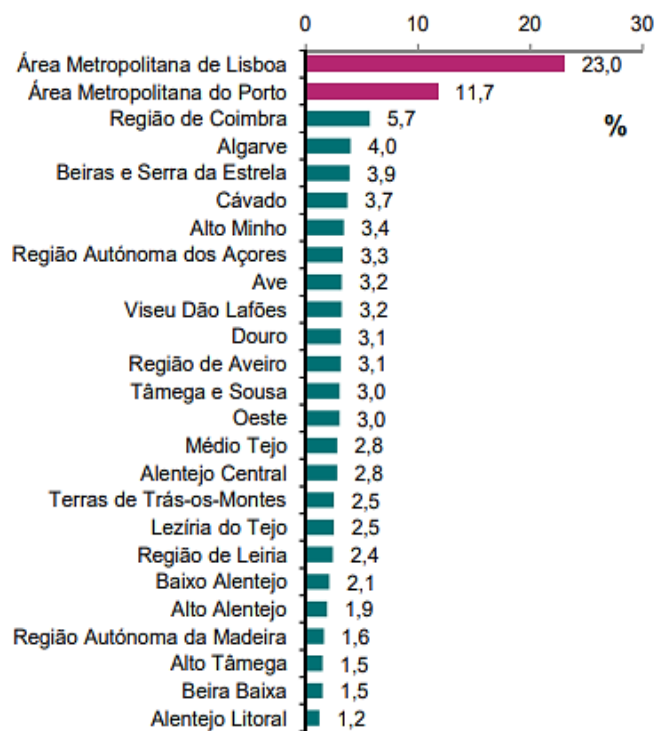
³ INE/Cases- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

Gráfico 1 – Ótica territorial - NUTS II



Fonte: INE e CASES – Conta Satélite da Economia Social, 2013

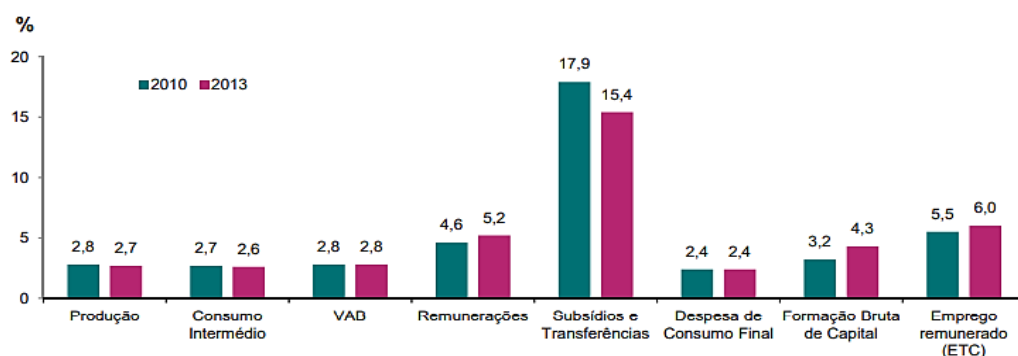
Gráfico 2 – Ótica territorial - NUTS III



Fonte: INE e CASES – Conta Satélite da Economia Social, 2013

Com base no gráfico 3, em 2013, a Economia Social representou 2,7% da produção nacional e 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, apresentando uma importância relativa igual à observada na edição da CSES 2010.

Gráfico 3 – Valor Acrescentado Bruto



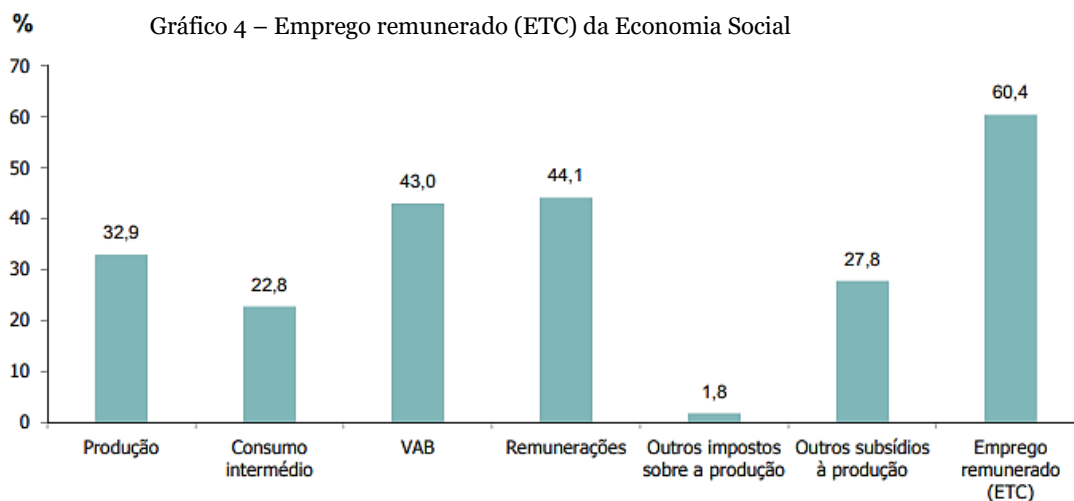
Fonte: INE e CASES – Conta Satélite da Economia Social, 2010 e 2013

Relativamente às remunerações, o peso da Economia Social no total da Economia Nacional elevou-se de 4,6%, em 2010, para 5,2%, em 2013. Em linha com a evolução das remunerações, a importância relativa do emprego remunerado (ETC) aumentou de 5,5%, em 2010, para 6,0% do total do emprego remunerado total (ETC), em 2013.

Os subsídios e transferências constituíam, como já foi referido, o segundo recurso mais relevante da Economia Social, representando 17,9% e 15,4% do total nacional, em 2010 e 2013, respetivamente. As organizações da Economia Social foram ainda responsáveis por 2,4% do total da despesa de consumo final, em 2010 e 2013.

Observou-se um aumento do peso da Formação Bruta de Capital (FBC) na Economia Nacional, passando de 3,2% em 2010 para 4,3% em 2013, o que poderá ser justificado, por um lado, pela diminuição do total do investimento na Economia Nacional, entre 2010 e 2013, e, por outro, pelas alterações metodológicas introduzidas pelo Sistema Europeu de Contas 2010 na contabilização da Investigação e Desenvolvimento (I&D) como FBC (ver caixa e notas metodológicas).

Podemos constatar no gráfico 4, que no ano de 2013, as IPSS representaram 32,9% da produção, 43% do VAB, 44,1% das remunerações, 27,8% dos outros subsídios à produção e 60,4% do emprego remunerado (ETC) da Economia Social.

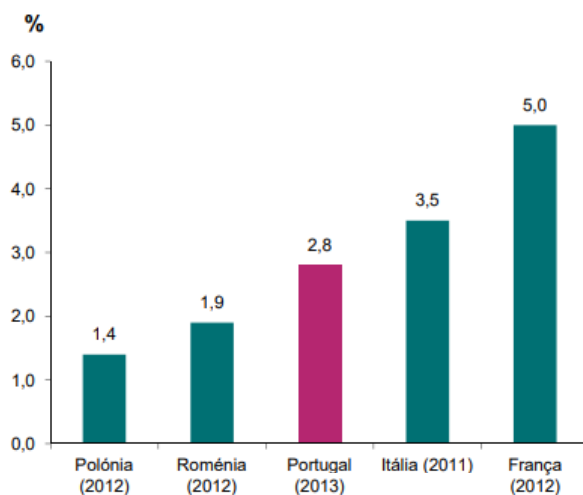


Fonte: INE e CASES – Conta Satélite da Economia Social, 2010 e 2013

No gráfico 5 podemos verificar que não existem muitos países que tenham implementado, de forma regular e sistemática, Contas Satélite da Economia Social e, ainda assim, as comparações com os resultados dos demais países deverão ser efetuadas com alguma prudência, por três motivos fundamentais:

1. Nem todos os dados apresentados têm origem em Contas Satélite explícitas, elaboradas com base em informação das Contas Nacionais, de acordo com o Sistema Europeu de Contas 2010. Com efeito, alguns valores resultaram da aplicação de inquéritos a amostras representativas de entidades da Economia Social (ex.: Polónia), enquanto outros resultaram de estudos que se basearam em estatísticas oficiais (ex.: Itália);
2. Não existe inteira coincidência temporal dos vários resultados apresentados;
3. E por não existir total harmonização no tipo de unidades consideradas no perímetro da ES.

Gráfico 5 – Países que têm implementado a Economia Social



Fonte: Conta Satélite da Economia Social 2013, Instituto Nacional de Estatística (2016).

De acordo com os dados disponíveis na terceira edição da Conta Satélite da Economia Social, relativa ao ano 2016, onde se verifica que o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social representou 3,0% do VAB da economia, tendo aumentado 14,6%, em termos nominais, face a 2013. Este crescimento foi superior ao observado no conjunto da economia (8,3%), no mesmo período. A Economia Social, ainda, representou 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado da economia nacional. Em comparação ao ano de 2013, as remunerações e o emprego total da Economia Social aumentaram, respetivamente, 8,8% e 8,5%, evidenciando maior dinamismo que o total da economia (7,3% e 5,8%, respetivamente). Por grupos de entidades da Economia Social, as Associações com fins altruísticos evidenciavam-se em número de entidades (92,9%), VAB (60,1%), Remunerações (61,9%) e Emprego remunerado (64,6%).

Posto isto, podemos entender que a EcoGerminar está em constante criação e desenvolvimento de novas propostas de projetos sociais, que apenas são implementados quando as entidades promotoras têm capacidade de financiamento e estão disponíveis para os promover, permitindo assim que estas propostas inovadoras e criativas saiam do desenho para a realidade. O conjunto destas atividades desenvolvidas ajuda a melhorar o equilíbrio da estabilidade social e financeira da associação, e contribui para o melhor funcionamento da associação, dos seus objetivos e o desenvolvimento de novos projetos e atividades sociais.

Para concluir, é possível identificar que o empreendedorismo social tem um papel ativo e fundamental na sustentabilidade da Associação EcoGerminar, seja este social ou financeiro, visto que esta associação trabalha em prol da comunidade, no âmbito do empreendedorismo social.

Conclusão

Nos dias que correm, estamos perante uma sociedade cada vez mais globalizada, marcada pelo desenvolvimento que cada vez mais realça o empreendedorismo social e a forma como este pode influenciar a sustentabilidade. Desta forma, o ponto de partida desta investigação foi o propósito de identificar, analisar e perceber a atuação do Empreendedorismo Social na sustentabilidade do Associativismo, neste caso, a Associação EcoGerminar, no distrito de Castelo Branco.

Esta investigação procurou estudar uma área recente, em expansão diária e de enorme interesse científico e prático. Do ponto de vista científico, apesar de ser uma área com um aumento muito expressivo da investigação sobre o tema, ainda muitas das áreas necessitam de uma maior produção de conhecimento. Percebe-se que em organizações sociais, sem fins lucrativos, existe uma grande evidência de ações de sustentabilidade, o que para a Associação EcoGerminar não é diferente.

O empreendedorismo, enquanto fenómeno complexo, abrange uma variedade de contextos e os diversos conceitos utilizados na literatura sobre o tema refletem essa complexidade, como foi exposto no decorrer deste trabalho. Na procura dessa consensualidade na definição do campo do Empreendedorismo Social, existe a necessidade de promover a visibilidade do Empreendedorismo Social como um campo com identidade própria e distinto.

O Empreendedorismo Social já é uma prática em Portugal, como evidência a Associação EcoGerminar, mas ainda há pouca informação concreta sobre isto, apesar de ser considerado importante para o desenvolvimento social e das economias atuais, assumindo uma capacidade de emprego, com a inserção social dos mais desfavorecidos combate a exclusão social, promove o desenvolvimento local e regional da forma mais harmoniosa possível e de inovação e de riqueza produzida, também constitui, cada vez mais, opção de carreira para uma boa e crescente força de trabalho. No entanto, concluo que Portugal ainda tem muito para trabalhar e desenvolver nesta área, apesar do progresso e resultados que se têm visto nos últimos anos, pois ainda só foi à superfície do potencial que pode vir a conquistar, o que leva a concluir que ainda existe a necessidade de promover mais e melhor a visibilidade do Empreendedorismo Social como um campo com identidade própria e distinto e para a qual o trabalho aqui apresentado tenta contribuir.

Através da análise aos dados obtidos pelas entrevistas realizadas, aferiu-se a visão de que a prática de empreendedorismo social se caracteriza por ter uma missão direcionada de resposta a problemas sociais através de soluções inovadoras, criativas e autossustentadas, em prol da promoção e criação de valor social e desenvolvimento

social, local e nacional, assumindo uma postura de iniciativa, motivação e empenho por parte dos empreendedores sociais.

Das conclusões obtidas através do confronto entre os resultados empíricos e a análise e discussão dos resultados obtidos pela investigação revelaram, é possível identificar que o empreendedorismo social tem um papel ativo e fundamental na sustentabilidade da Associação EcoGerminar, seja este social ou financeiro, visto que esta associação trabalha em prol da comunidade, no âmbito do empreendedorismo social, que acima de tudo está disposta a escutar as necessidades para depois encontrar as melhores soluções para as mesmas. Mas para isto acontecer necessita de financiamento. E é aqui que identificamos e verificamos que a associação trabalha dentro do empreendedorismo social, pois está em constante criação e desenvolvimento de novas propostas de projetos sociais, que apenas são implementados quando as entidades promotoras têm capacidade de financiamento e estão disponíveis para os promover, permitindo assim que estas propostas inovadoras e criativas de empreendedorismo social saiam do desenho para a realidade.

Porém isto não é assim tão fácil como parece, pois, ainda são poucas as entidades públicas e privadas que se disponibilizam para apoiar projetos de empreendedorismo social, como os desenvolvidos pela associação, uma vez que estas também se deparam com problemas diariamente. Assim, nas organizações, a sustentabilidade pode ser implementada por meio do planeamento estratégico, com o intuito de fortalecer os projetos.

Desta forma, com a aplicação de entrevistas a uma entidade promotora do Empreendedorismo Social, para recolher o ponto de vista de cada colaborador acerca do conceito e da prática, concluiu-se assim que esta prática, na Associação EcoGerminar, define-se pela resposta a problemas sociais de forma inovadora e autossustentada através do desenvolvimento de uma atividade económica financiadora.

Concluo, assim que a prática do Empreendedorismo Social em Portugal, no exemplo da Associação EcoGerminar, define-se pela atuação de uma organização não-lucrativa que responde a problemas sociais de forma inovadora e autossustentada através do desenvolvimento de uma atividade económica geradora de rendimento.

Bibliografia

Acs, Z. J., Desai, S. e Klapper, L.F. (2008), “What Does “Entrepreneurship” Data Really Show?,” *Small Business Economy*, 31, p. 265-281.

Aleixo, Anabela (2014), *Da Economia Social para a Economia Solidária*, Lisboa, Dissertação de Mestrado, Escola de Ciências Sociais e Humanas – Instituto Universitário de Lisboa.

Almeida, Ana (2015), *Perceção do contributo das instituições da Economia Social no desenvolvimento social local: um estudo de caso das IPSS do distrito de Bragança*, Braga, Universidade do Minho, dissertação de mestrado em Economia Social, disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/36906>>

Ashoka Empreendedores Sociais e McKinsey & Company, Inc (2006), *Negócios sociais sustentáveis: Estratégias inovadoras para o desenvolvimento social*, Editora Peirópolis. São Paulo, Brasil.

Ashoka Portugal (2020), *Empreendedorismo Social*, consultado a 04/03/2021, em <<https://www.ashoka.org/en-pt/focus/social-entrepreneurship>>

Ashoka, Empreendedores Sociais e McKinsey & Company, Inc (2001), *Empreendimentos sociais sustentáveis: Como elaborar planos de negócios para organizações sustentáveis*, Editora Peirópolis. São Paulo, Brasil.

Barbedo, Ângela (s/d), *Economia Social: um pilar para combater a atual conjuntura económica e social*, Porto, Instituto Politécnico do Porto.

Bell, Judith (2005), “Doing Your Research Project: A guide for first-time researchers in education, health and social science”, *Open University Press*, 4^a ed.

Bergmann, Heiko, e Sternberg, Rolf (2007), “The Changing Face of Entrepreneurship in Germany Small Business”, *Economics*, 28, 205–221

Bernardino, Susana (2013), *Iniciativas de Empreendedorismo Social no Terceiro Setor em Portugal: Antecedentes, Comportamentos e Desempenho Organizacionais*, Universidade Portucalense, Dissertação de Doutoramento em Gestão, disponível em <<http://repositorio.uportu.pt/xmlui/handle/11328/1045>>

Birley, Sue, e Muzyka, Daniel (2001), *Dominando os desafios do empreendedor: o seu guia para se tornar um empreendedor*, São Paulo: Makrom Books.

Blanchflower, David, e Oswald, Andrew (2007), *What Makes a Young Entrepreneur?* Discussion Paper No. 3139.

Boff, Leonardo (2012), “Sustentabilidade: o que é: o que não é”, *Rio de Janeiro: Vozes*, v. 18, n. 3, pp. 368-370, acessado a 30/03/2021 em <<https://www.redalyc.org/pdf/840/84030550008.pdf>>

Branco, Francisco, e Fernandes, Ernesto (2005), *O Serviço Social EM Portugal: Trajetória E Encruzilhada*. Acessado a 12/05/2021 em <<http://www.cpihts.com/Nova%20pasta/SS%20Portugal.pdf>>

Campos, Marco (2013), *O Terceiro Setor em Portugal: A importância dos planos de comunicação estratégica nas Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Norte – O caso da Misericórdia de Santo Tirso*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, dissertação de mestrado em Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações Públicas, acessado a 21/11/2021 em <<http://hdl.handle.net/10400.6/2798>>

Cardoso, Ruth (1997), “Fortalecimento da sociedade civil”, em IOSCHPE, Evelyn Berg (org.), *3º setor: desenvolvimento social sustentado*, São Paulo, Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra.

Carlino, Gerald, e Kerr, William (2014), “Agglomeration and Innovation”, in *Regional and Urban Economics*, Vol. 5A e 5b.

Carvalho, Ana (2010), “Quantifying the third sector in Portugal: an overview and evolution from 1997 to 2007”, *Voluntas, International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, ISTR – International Society for Third Sector Research, 21 (4), acessado a 29/11/2021 em <<http://hdl.handle.net/1822/16123>>

Carvalho, Juliana (2019), *Dualidade Financeira E Social Das Empresas Sociais*, Lisboa, School Of Economics & Management, Dissertação de Mestrado, Mestrado em Gestão E Estratégia Industrial.

Carvalho, Luísa, e Costa, Teresa (2015), *Empreendedorismo - Uma visão global e integradora*, Edições Sílabo.

Carvalho, Maria (2005), *Ética Aplicada ao Serviço Social: Dilemas e Práticas Profissionais*, Lisboa: Pactor.

CASES (2015), Observatório da Economia Social Portuguesa (OBESP), acessado a 17/11/2021 em < <https://www.cases.pt/observatorio-da-es/>>

Certo, Trevis, e Miller, Toyah (2008), “Social entrepreneurship: Key issues and concepts”. *Business Horizons*, 51, 267-271.

Costa, Ericka, Andreaus, Michele, Carini, Chiara, e Carpita, Maurizio (2012), “Exploring the efficiency of Italian social cooperatives by descriptive and principal component analysis”, *Service Business*, 6 (1), 117-136, acessado a 14/10/2021 em <<https://www.infona.pl/resource/bwmeta1.element.springer-cdb6921d-ab72-3cf2-bbf4-f26309050534>>

Dees, Gregory (1998), “O significado de Empreendedorismo Social” – versão traduzida, acessado a 20/10/2021 em <<http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees>> original em inglês disponível em <http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf>

Dees, Gregory (2001), *The Meaning of Social Entrepreneurship*.

Defourny, Jacques, e Nyssens, Marthe (2008), “Social enterprise in Europe: Recent trends and developments”, *Social Enterprise Journal*, 4 (3), 202-228, disponível em <https://www.researchgate.net/publication/235299350_Social_enterprise_in_Europe_and_Recent_trends_and_developments>

Defourny, Jacques, e Nyssens, Marthe (2010), “Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and divergences”, *Journal of Social Entrepreneurship*, 1 (1), 32-53.

Dieguez, Teresa (2012), Empreendedorismo: Um grande passo para alcançar o crescimento económico sustentável e uma maior prosperidade global, *Proceedings of the Conference on Entrepreneurship Education*, p.7- 42.

Dijkstra, Lewis, Annoni, Paola, e Kozovska, Kornelia (2011), “A new regional competitiveness index: theory, methods and findings”, in *European Union Regional Policy Working Papers*, vol 2.

Domingues, Marco. (2018). “Guia de Intervenção Comunitária Para O Desenvolvimento Local, A Inspiração do “Há Festa no Campo””. Animar, Lisboa.

Dornelas, José. (2003). *Empreendedorismo Corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier.

Dornelas, José. (2011). *Plano de negócios: seu guia definitivo*, Rio de Janeiro: Elsevier, p. 134.

Du Ranquet, Mathilde (1996), “*Los Modelos en Trabajo Social Intervención com personas y familias*”, 1ª Edição, Madrid: Siglo XXI.

Ecogerminar, A. (2018). “*Associação EcoGerminar - Desenvolvimento Local e Economia Solidária*”. Acedido a 15/10/2018 em <<https://ecogerminar.org/>>

Estivill, Jordi (2017), “Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (I Parte)”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XXXIII, 19-45, acedido a 28/10/2021, em <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/soc/v33/v33a03.pdf>>

Evers, Adalbert, e Laville, Jean-Louis (2004), “Defining the Third Sector in Europe”, em Evers, Adalbert, Laville, Jean-Louis (Eds.), *The Third Sector in Europe*, Reino Unido: Edward Elgar, p. 11-42.

Feil, Alexandre, e Schreiber, Dusan (2017), “Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados”, *Cadernos EBAPE*, vol.15, n.3.

Ferrão, Sara (2013), Empreendedorismo e empresas startup: uma nova visão estratégica como motor de empregabilidade jovem, *Boletim de Sociologia Militar*, (4).

Ferreira, Maria, e Moreira, Hugo (2014), “Parcerias e financiamento no Terceiro Setor português”, *Empreendedorismo Social em Portugal*, cap. 5, 161-175, acedido a 5/11/2021, em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12386.pdf>>

Ferreira, Sílvia (2009), “As (re)construções estratégicas da ideia de uma economia social”, *Le Monde diplomatique – edição portuguesa*, acedido a 17/10/2021 em <http://www.academia.edu/1112081/As_re_construcoes_estrategicas_da_ideia_de_uma_economia_social>

Filho, Genauto (2002), “Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais”, *Bahia Análise & Dados, Salvador*,

SEI v. 12 n. 1 p. 9-19, acessado a 24/08/2021 em <https://base.socioeco.org/docs/economiasolidria-fronteirasconceituais.pdf>

Fischer, Rosa (2014), Negócios Sociais, *Dicionário para a formação em gestão social*, Salvador: CIAGS/UFBA, p. 125-127.

Fortin, Marie (2009), *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lisboa: Lusodidacta.

Franco, Raquel, et al. (2005), *O Sector Não Lucrativo Português numa perspectiva comparada*, ed. Universidade Católica Portuguesa e Johns Hopkins University.

Franco, Raquel, Sokolowski, S. Wojciech, Hairel, Eileen, e Salamon, Lester (2005), “O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada”, *Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, Baltimore, The Johns Hopkins Center for Civil.

Friedman, Barry (2011), “The Relationship between Governance Effectiveness and Entrepreneurship”, *International Journal of Humanities and Social Science*, 1, 221-225.

Friedman, Barry, Cox, Pamela, e Tribunella, Thomas (2010), “Relationships among World Governance Indicators and National per Capital Income Weighted by Environmental Sustainability”, *Journal of Advances in Business*, 1, 37-54.

Ghauri, Pervez, e Gronhaug, Kjell (2002), *Business Research Methods, Business Studies: A Practical Guide* (2nd ed.). Sydney: Prentice Hall.

Giddens, Anthony (1997), *Sociologia*; Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian

Gil, António (1985 [2008]), *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 6ª ed., São Paulo: Atlas.

Guedes, Susana (2011), *Análise de um Modelo de Negócio no âmbito do Empreendedorismo Social – O Caso “Pista Mágica”*, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, acessado em <http://hdl.handle.net/10216/61542>

Hébert, Robert, e Link, Albert (1989), “In Search of the Meaning of Entrepreneurship”, *Small Business Economics*, 1, 39-49.

Henderson, Jason (2002), “Building the Rural Economy with Hight-Growth Entrepreneurs”, *Economic Review - Federal Reserve Bank of Kansas City*, 87(3) pp. 45-70

Hisrich, Robert (2009), *Empreendedorismo*. Porto Alegre: Brookman

Hisrich, Robert, e Peter, Michael (2004), *Empreendedorismo*. Porto Alegre: Bokman, pp. 23-50.

Horwitz, Steven (2012), “Creating job versus creating value”, *Foundation for Economic Education*, acessado a 20/04/2021 em <<https://fee.org/articles/creating-jobs-versuscreating-value/>>

Hulgard, Lars, e Ferrarini, Adriane (2010), “Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública?”, *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 43, n.3, p. 256-263.

Iaquinto, Beatriz (2018), “A Sustentabilidade E Suas Dimensões”, *Revista Da ESMESC*, v.25, n.31, p. 157-178.

Joaquim, Henrique (2007), *O serviço Social nos centros sociais e paroquiais*, Universidade Catolica Editora.

Lambru, Mihaela (2012), “Enterprising differently: Markets, policy contexts and social enterprises”, *International Review of Social Research*, 2 (2), 91-94.

Leadbeater, Charles (1997), “*The rise of the social entrepreneur*”, London: Demos.

Lei nº30/2013 de 8 de maio; “Lei de Bases da Economia Social”; Diário da República 1ª série – N°88, acessado a 17/11/2021 em <<http://dre.pt/pdfsdisp/2013/05/08800/0272702728.pdf>>

Leite, João (2014), Textos de economia social. *Cooperativa António Sérgio para a Economia Social*, acessado 30/10/2021, em <<https://cases.pt/wp-content/uploads/Textos de economia social.pdf>>

Levesque, Benoît (2006), *Le potentiel d’innovation et de transformation de l’économie sociale: quelques éléments de problématique*, Quebec, Bibliothèque et Archives nationales du Québec.

Lévesque, Benoît, e Mendell, Marguerite (2005), *L'économie sociale: diversité des définitions et des constructions théoriques*, Québec, Revue Interventions Économiques, volume 32.

Marques, Diana (2014), *As Empresas Sociais no desenvolvimento do Terceiro Setor*, Braga, Universidade do Minho, dissertação de mestrado em Economia Social, acessado a 21/11/2021 em <<http://hdl.handle.net/1822/30634>>

Marques, Maria (2010), *Empreendedorismo Social: do enquadramento teórico à realidade portuguesa*. Acedido a 23/06/2021 em <http://personales.ya.com/aeca//pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/122h.pdf>

Martin, Roger, e Osberg, Sally (2007), “Social Entrepreneurship: The Case for Definition”, *Social Innovation Review*, nº 5(2), pp. 27-39.

Martinho, Ana, Parente, Cristina, e Silva, Sofia (2014), *És social: guião pedagógico do documentário*, Porto, Ebook. Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12551.pdf>

Mendes, Jefferson, (2009), “Dimensões da sustentabilidade”, *Revista das Faculdades Santa Cruz*, v. 7, n. 2, junho/dezembro.

Milaré. Édis (2007), “Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário”, *Revista dos Tribunais*, 5. Ed, São Paulo.

Montaño, Carlos (2002), *Terceiro Setor e Questão Social crítica ao padrão emergente de intervenção social*, SP, Ed: Cortez.

Monteiro, Alcides (2004), *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra, Quarteto.

Monteiro, Alcides (2017). Empreendedorismo social: fundamentos e dilemas de um movimento recente, in Nuno Miguel Augusto (Ed.), *Sociedade em debate*, Ribeirão: Húmus, pp. 45-69.

Morgado, Cláudia (2013), *O Empreendedorismo Social na realidade portuguesa: do conceito à prática*, Covilhã, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Da Beira Interior, dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Serviço Social.

Mort, Gillian, Weerawardena, Jay, e Carnegie, Kashonia (2003), “SOCIAL ENTREPRENEURSHIP: towards conceptualisation”, *International Journal Of Nonprofit And Voluntary Sector Marketing*, v. 8, n. 1, p.76-88.

Muraro, Piero, e Lima, José (2003), “Terceiro Setor, qualidade ética e riqueza das organizações”, *Revista da FAE*, Curitiba, Vol.6, nº1, acessado a 23/11/2021 em <<https://docplayer.com.br/6581034-Terceiro-setor-qualidade-etica-e-riqueza-das-organizacoes.html>>

Nascimento, Elimar (2012), “Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico”, *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 51-64, acessado a 14/12/2021 em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100005>

NE (2016). Conta Satélite da Economia Social – 2013, acessado a 28/10/2021, em <<https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/07/20CSES-PT-3.pdf>>

Nicholls, Alex (ed.) (2006), *Social Entrepreneurship: New models of sustainable social change*, Oxford, Oxford University Press.

Nunes, Soraia (2016), *A relevância do Intraempreendedorismo Social e da Responsabilidade Social no sector hospitalar. O Caso de Estudo CUF Descobertas*, Lisboa, Universidade Europeia, dissertação de mestrado em Gestão e Estratégia Empresarial, acessado a 10/12/2021 em <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/16521/1/Dissertação%20de%20M-GEE%20-%20Soraia%20Nunes%2050027446.pdf>>

Oliveira, Ilda (2012), *Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento económico sustentável*, Porto, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade – Instituto Politécnico do Porto.

Oliveira, Vlademiro (2011), *Empreendedorismo em Cabo Verde. Necessidade ou oportunidade: realidade da Ilha de Santo Antão – Cabo Verde*, Lisboa, ISCTE-IUL, dissertação em mestrado em Gestão de Empresas, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3360/1/Dissertação_Mestrado_Vlademiro%20Oliveira.pdf>

Parente, Cristina (2011), “Responsabilidade social no terceiro setor: do ideário às práticas de gestão das pessoas”, in M. A. Costa, M. J. Santos, M. Seabra, & F. Jorge (Eds.), *Responsabilidade Social: Uma Visão Iberoamericana*, Coimbra: Almedina.

Parente, Cristina, Costa, Daniel, Santos, Mónica, e Chaves, Rosário (2011), “*Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição*”, XIV Encontro nacional de sociologia industrial, das organizações e do trabalho: emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização, Lisboa, acedido em <<http://web3.letras.up.pt/empsoc/index.php/produtos/category/12-apresentacoes>>

Parente, Cristina, e Quintão, Carlota (2014), “Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social”, in Parente, Cristina (Ed.), *Empreendedorismo Social em Portugal*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 11-74.

Parente, Cristina, Lopes, Alexandra, e Marcos, Vanessa (2012), “Perfis de empreendedorismo social: Pistas de reflexão a partir de organizações do terceiro setor nacionais”, *VII Congresso português de Sociologia*, acedido a 12/08/2021 em <<http://web3.letras.up.pt/empsoc/index.php/produtos/category/11-artigos>>

Peredo, Ana, e McLean, Murdith (2006), “Social Entrepreneurship: A critical review of the concept”. *Journal of World Business*, 41 (1), 56 – 65.

Perista, Heloisa, e Nogueira, Susana (2004), “Empresas Sociais em Portugal: uma breve análise com base em estudos de caso”, Comunicação do V Congresso Português de Sociologia, Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS), acedido a 29/12/2021 em <https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4616dcd72e64e_1.pdf>

Pol, Eduardo, e Ville, Simon (2009), “Social innovation: Buzz word or enduring term”, *The Journal of Socio-Economics*, vol 38, p. 878-885.

Portugal, Miguel (2012), *Características dos Clusters Criativos e o seu Papel na Dinamização do Empreendedorismo - O Caso Lxfactory*, Lisboa, Universidade Europeia, dissertação de mestrado em Empreendedorismo e Gestão da Inovação, disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.26/12647>>

Portugal, Miguel (2015), “Intraempreendedorismo e Reputação Organizacional: Uma aproximação conceptual”, *Proceedings of the 5^a Conferência Ibérica de Empreendedorismo - Ciem 2015*, Oeiras, 15-18 Out 2015, pp. 226-231, EMPREEND – Associação Portuguesa para o Empreendedorismo, disponível em <https://www.researchgate.net/publication/284714360_Intraempreendedorismo_e_Reputacao_Organizacional_Uma_aproximacao_conceptual>

Proença, Sara, e Parreira, Pedro (2018), “Global Entrepreneurship Monitor (GEM): Condições estruturais do empreendedorismo em Portugal”, *As Instituições de Ensino Superior Politécnico e a Educação para o Empreendedorismo*, pp.75-89, disponível em <https://www.researchgate.net/publication/328410185_Global_Entrepreneurship_Monitor_GEM_Condicoes_estruturais_do_empreendedorismo_em_Portugal>

Quem se Importa (2011). Brasil, Direção e roteiro: Mara Mourão, Com Muhammad Yunus, Bill Drayton, Vera Cordeiro, entre outros, Narração de Rodrigo Santoro. Gênero: Documentário. Distribuição: Imovision, Colorido. 93 min.

Quintão, Carlota (2004); “Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego”; *Seminário “Trabalho Social e Mercado de Emprego”*, acessido a 23/11/2021 em <<http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working4.pdf>>

Quintão, Carlota (2011); “O Terceiro Sector e a sua renovação em Portugal - uma abordagem preliminar”; IS Working Paper n°2, Instituto de Sociologia – Universidade do Porto, acessido a 15/11/2021 em <http://isociologia.pt/App_Files/Documents/is-wp-ns-002_110411025242.pdf>

Reis, Felipa (2018), *Investigação Científica e Trabalhos Académicos - Guia Prático*, Edições Sílabo, pp. 77-99.

Roper, Juliet, e Cheney, George (2005), “The meanings of social entrepreneurship today”, *Corporate Governance International Journal of Business in Society*, 5(3), 95-104, acessido a 19/11/2021 em <https://www.researchgate.net/publication/235319633_The_meanings_of_social_entrepreneurship_today>

Salamon, Lester (1998), “A Emergência do Terceiro Sector – uma revolução associativa global”, *Revista Administrativa de São Paulo* v.33 n°1; p.5-11, acessido a 15/12/2021 em <www.rausp.usp.br/download.asp?file=3301005.pdf>

Sarkar, Soumodip (2014), *Empreendedorismo e inovação*, Lisboa, 3ª Ed.

Saudenrs, Mark, Lewis, Philip, e Thornhill, Adrian (2009), “*Research methods for business students*”, 5ª ed., UK.

Schiefer, Ulrich, Teixeira, Paulo, e Monteiro, Susana (2006), *MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*, Estoril, Príncipe Editora, Lda.

Schumpeter, Joseph (1997), *Teoria do Desenvolvimento Económico – Um estudo sobre lucro empresarial, capital, crédito, juro e ciclo da conjuntura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Seelos, Christian, e Mair, Johanna (2005), “Social entrepreneurship: Creating new business models to serve the poor”, *Business Horizons*, 48 (3), 241-246.

Serrano, Gloria (2008), *Elaboração de Projetos Sociais: Casos práticos*, Porto, Porto Editora.

Silva, Ademir (2004), “As relações entre Estado e Sociedade: novas formas da gestão social no Brasil”, *A gestão da Seguridade Social brasileira: entre a Política Pública e o Mercado*. SP, Ed: Cortez, pág. 137 a 168.

Souza Neto, Bezamat (2001) “Genealogia e Especificidades Acerca de um Empreendedor Popular: O Artesão Brasileiro”, *II Encontro de Estudos Sobre Empreendedorismo E Gestão de Pequenas Empresas*, Londrina, p. 106-116, acessado a 20/09/2021 em <<https://docplayer.com.br/10759322-Genealogia-e-especificidades-acerca-de-um-tipo-de-empendedor-popular-o-artesao-brasileiro.html>>

Tavares, Carlos, Moura, Gilnei, e Alves, Juliano (2013), “Educação empreendedora e a geração de novos negócios”, *Observatório de la Economia Latinoamericana*.

Tiscoski, Gabriela, Rosolen, Talita, e Comini, Graziell. (2013), “Empreendedorismo social e negócios sociais: um estudo bibliométrico da produção nacional e internacional”, in *ANPAD, XXXVII Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, acessado em 19/11/2021 em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB1365.pdf>

Trigo, Virgínia (2003), *Entre o Estado e o Mercado, Empreendedorismo e a Condição do Empresário na China*, Lisboa, Ad Litteram.

Trivedi, Chitvan (2010), “A social entrepreneurship bibliography”, *Journal of Entrepreneurship*, 19 (1), 81-85.

Vellani, Cassio, e Ribeiro, Máisa (2009), “Sustentabilidade e Contabilidade”, *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 1, n. 11, p. 187-206, acessado a 21/10/2021 em <<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2009v6n11p187>>

Vieira, Miguel (2015), *Empreendedorismo social como estratégia de ligação da escola à comunidade: exemplo de um projeto numa escola profissional*, Braga, Universidade

Católica Portuguesa, Dissertação de mestrado em Ciências da Educação: Administração e Organização Escolar, disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.14/20879>>

Yin, Robert (2014), “Case Study Research: Design and Methods”, 5th ed., *Thousand Oaks*, Canadian Journal of Program Evaluation, CA: Sage.

Yunus, Muhammad (2011), *A Empresa Social: A nova dimensão do capitalismo para fazer face às necessidades mais prementes da humanidade*, Lisboa: Editorial Presença.

Zahra, Shaker, Gedajlovic, Eric, Neubaum, Donald, e Shulman, Joel (2009), “A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges”, *Journal of Business Venturing*, 24, 519-532.

Legislação consultada

- Lei n.º 71/98, de 3 de novembro - Estabelece as bases do enquadramento jurídico do voluntariado
- Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de setembro- Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Lei 30/2013 - Lei de Bases da Economia Social

Apêndices

Apêndice A – Convite de colaboração - Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Inovação Social

Exmo. Dr. Marco Domingues

Presidente da Associação EcoGerminar - Associação de Desenvolvimento do Interior de Promoção do Comércio Solidário, do Ecoturismo e Luta à Desertificação Rural

O meu nome é Margarida Maria Antunes Cardoso e estou, neste momento, enquanto aluna do 2.º Ciclo/Mestrado em Empreendedorismo e Inovação Social, a desenvolver uma investigação cujo objetivo principal é analisar a influência do Empreendedorismo Social na Sustentabilidade de uma Associação, neste caso na Associação EcoGerminar, identificando a influência do Empreendedorismo Social sobre a sustentabilidade da associação.

Este estudo faz parte da minha dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Inovação Social da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, sob orientação do Professor Doutor Alcides Monteiro, docente no Departamento de Sociologia da UBI.

Desta forma, e no âmbito da minha dissertação de Mestrado, venho por este meio solicitar a colaboração da Associação e dos seus representantes, para a realização de quatro entrevistas.

Fico grata se pudessem contribuir com o vosso valioso conhecimento e tempo (o tempo médio de resposta será aproximadamente de 1 hora, podendo ou não estender-se).

A vossa participação é voluntária, sendo garantido a confidencialidade, sendo que os resultados obtidos se destinam a fins exclusivamente académicos.

Ao participar estará a autorizar a utilização dos dados APENAS para a análise inerente à realização deste estudo.

Desde já, agradeço pela colaboração, atenção e disponibilidade!

Ao dispor para qualquer esclarecimento adicional.

Atentamente,

Margarida Cardoso

E-mail: margarida.maria.cardoso@ubi.pt



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

2.º Ciclo/Mestrado em Empreendedorismo e Inovação Social

Ano letivo 2020/2021

Guião de Entrevista

Estamos a contactá-lo no sentido de nos facultar algumas respostas acerca do seu trabalho na Associação EcoGerminar - Associação de Desenvolvimento do Interior de Promoção do Comércio Solidário, do Ecoturismo e Luta à Desertificação Rural, bem como a dinâmica da instituição, as respostas serão exclusivamente para investigação para a Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Empreendedorismo e Inovação Social, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade da Beira Interior.

PERGUNTAS:

1. Conte-me um pouco de si: nome, idade, formação académica e profissional, interesses, experiências prévias, cargo desempenhado na Associação EcoGerminar, por exemplo.
2. Conhece os termos de empreendedorismo e empreendedorismo social? Se sim, pode explicar o que entende por estes termos?
3. Na sua opinião, qual a melhor forma de identificar o empreendedorismo social?
4. O que o levou a trabalhar nesta área do empreendedorismo social? Houve alguma inspiração?
5. Considera que Portugal é um país de empreendedores sociais e que os portugueses têm potencial empreendedor? Porquê?
6. Descreva, de forma breve, a Associação EcoGerminar.

7. Tendo em atenção a sua experiência de trabalho nesta associação, considera que esta trabalha dentro do empreendedorismo ou do empreendedorismo social? Porquê?
8. Identifiquem projetos e/ou atividades promovidas pela EcoGerminar, que considerem que sejam de tipo de empreendedorismo social? Porque é que escolheu estas?
9. Conhece os termos de empreendedor e empreendedor social? Pode distingui-los? Se sim, considera-se empreendedor ou empreendedor social?
10. Na sua opinião, qual a melhor forma de identificar os empreendedores sociais?
11. Na sua opinião, qualquer pessoa pode apreender a ser a empreendedor social?
12. No ambiente de crise económica que estamos a atravessar, como é que um empreendedor social deve encarar esta realidade?
13. Em que medida a dinamização do empreendedorismo social poderá vir a potenciar o crescimento económico do nosso país?
14. Na sua opinião, considera que existem mecanismos adequados e suficientes para apoiar iniciativas e projetos de empreendedorismo social? Ou, pelo contrário, considera que existem condicionantes? Se sim, quais?
15. Relativamente à Associação EcoGerminar, quais as fontes de financiamento que existem?
16. Considera que o objetivo social e o objetivo financeiro têm a mesma importância para a associação?
17. Qual o maior obstáculo presente no seu trabalho?
18. Considera que a Associação EcoGerminar consegue sobreviver dos seus projetos de empreendedorismo social?
19. Como analisa o equilíbrio entre a sustentabilidade financeira da organização e o impacto social criado pela mesma?

Anexos

Anexo A - Estatutos da Associação EcoGerminar



Associação de Desenvolvimento do Interior, de promoção do Comércio Solidário, do Ecoturismo e de luta à Desertificação Rural.



Associação de Desenvolvimento do Interior, de promoção do Comércio Solidário, do Ecoturismo e de luta à Desertificação Rural.

Estatutos

Associação EcoGerminar

Castelo Branco, 1 de março de 2014

EcoGerminar.- Reg. Pessoa Colectiva n.º 507924142 - Sede Social: Rua da Fonte Nova, Nº 1,
Quinta da Fonte Nova, 6000 - 167 Castelo Branco - e-mail: ecogerminar@gmail.com - TLM.917970214



Estatutos Associação EcoGerminar

CAPÍTULO I (CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE)

Artigo 1.º

1. É constituída por tempo indeterminado e de harmonia com a lei e os presentes estatutos.
2. É uma Associação, que visa promover o desenvolvimento local e sustentável, nomeadamente das regiões do interior e rurais de Portugal.
3. A Associação adota a designação de EcoGerminar - Associação de Desenvolvimento do Interior, de promoção do comércio solidário, do ecoturismo e de luta à desertificação rural.

Artigo 2.º

A Associação é de âmbito nacional tem sede no distrito de Castelo Branco, podendo estabelecer delegações noutras regiões e cooperar para o desenvolvimento com outras organizações de outros países.

Artigo 3.º

A Associação é alheia a qualquer manifestação estranha às atividades a que se destina e não terá fins lucrativos.

CAPÍTULO II (OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES)

Artigo 4.º

Constituem objetivos da Associação:

- a) Promover iniciativas para o desenvolvimento local e sustentável para a efetiva coesão territorial em Portugal;
- b) Promover o comércio solidário e sustentável e o consumo justo e consciente;
- c) Promover atividades e serviços de valorização sustentada das regiões rurais;
- d) Promover ações de promoção da inovação social e do empreendedorismo social;
- e) Promover iniciativas de solidariedade social e de cooperação para o desenvolvimento;
- f) Promover iniciativas associadas à promoção da saúde e igualdade de género e oportunidades;
- g) Promover a empregabilidade através de projetos de inserção socioprofissional da população em geral (criação de gabinetes de emprego e ações de informação);
- h) Prestar formação profissional nas áreas dos serviços sociais, cidadania e empregabilidade e da igualdade de género;
- i) Promover iniciativas culturais e ligadas à educação e juventude, e intervenção ambiental;



Artigo 5.º

Com vista à realização dos seus objetivos a Associação tem entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Planear e desenvolver ações de promoção do CSS - Comércio Solidário e Sustentável;
- b) Promover, ações de consultoria e apoio ao desenvolvimento estratégico local e organizacional;
- c) Apoiar e dinamizar ações com outros parceiros que visem objetivos de cariz social, cultural, ambiental, educacional e de promoção da educação, do desenvolvimento local e da cooperação para o desenvolvimento;

CAPÍTULO III (ASSOCIADOS)

Artigo 6.º

A Associação é constituída por número ilimitado de associados, distribuídas pelas seguintes categorias: efetivos, honorários e observadores.

Artigo 7.º

1. Podem ser admitidos como associados efetivos, honorários e observadores, todos aquele(a)s que se identifiquem com os objetivos e práticas da associação.
2. Podem ser admitidos como associados efetivos, todos aquele(a)s que ativamente participam, na organização e execução das atividades da associação.
3. São associados Honorários, as pessoas que pela qualidade dos trabalhos realizados ou colaborações relevantes prestadas à Associação, assim mereçam ser distinguidos.
4. São considerados como associados Observadores aquele(a)s que exerçam funções similares às dos associados efetivos desta associação, noutras instituições e em empresas. São considerado também todo(a)s que se identifiquem com os objetivos da associação que no entanto não participam ativamente nas suas atividades.
5. Os associados Observadores têm os mesmos direitos e deveres dos restantes associados, exceto não poderem votar ou serem eleitos para os corpos sociais da Associação.

Artigo 8.º

1. A admissão dos associados Efetivos compete à Direção, mediante deliberação tomada sob proposta subscrita pelo candidato.
2. A admissão dos associados Honorários compete à Assembleia Geral mediante deliberação tomada sob proposta subscrita por dois associados efetivos.
3. A admissão dos associados observadores, compete à Direção, mediante deliberação tomada sob proposta subscrita por um associado efetivo ou pelo candidato.



Artigo 9.º

1. Os associados podem demitir-se em qualquer momento, mediante comunicação escrita, dirigida à Direção.
2. A readmissão dos associados demitidos e excluídos deverá ser solicitada pelos próprios e apreciada pelos órgãos competentes da Associação.

Artigo 10.º

São direitos dos associados:

- a) Ser informados e participar nas atividades promovidas pela Associação;
- b) Dos associados efetivos eleger e ser eleito para os Corpos Sociais da Associação;
- c) Utilizar os serviços da Associação, postos à disposição dos sócios;
- d) Apresentar sugestões e propostas à Direção sobre questões de interesse para a Associação.

Artigo 11.º

São deveres dos associados:

- a) Cumprir os estatutos;
- b) Ser imparcial, honesto e justo no desempenho das suas funções;
- c) Servir a Associação nos Corpos Sociais e demais funções para que forem designados ou eleitos;
- d) Colaborar nas atividades a que forem chamados, por força das funções que exercerem;
- e) Pagar a quota que for fixada de acordo com os presentes estatutos;
- f) Participar por escrito à Direção, qualquer alteração dos seus dados de identificação, residência, emprego e situação profissional, no prazo de 30 dias;
- g) Cumprir as deliberações e decisões da Direção, tomadas de acordo com os Estatutos.

Artigo 12.º

Perda de direitos e qualidade de associados:

Incorrem nas penas de advertência, suspensão temporária de direitos ou perda da qualidade de associado, consoante a gravidade da infração, os sócios que deixarem de cumprir os deveres referidos no artigo 11.º, bem como os que praticarem atos lesivos dos interesses da Associação.

CAPÍTULO IV (REGULAMENTO DISCIPLINAR)

Artigo 13.º

O poder disciplinar é exercido pela Direção.

Artigo 14.º

1. A infração culposa aos deveres legais ou estatutários dos associados é punível com:
 - a) Repreensão;
 - b) Suspensão de direitos por determinado número de dias;



- c) Exclusão do associado.
2. Serão excluídos da Associação:
 - a) Os associados que por palavras ou ações se mostrem contrários aos princípios éticos e deontológicos adotados pela Associação;
 - b) Os associados que pela sua conduta, contribuam intencionalmente para o descrédito, desprestígio ou prejuízo da Associação e dos seus associados;
 - c) Os associados que, sem justificação, se atrasem no pagamento das quotas por período superior a um ano.

Artigo 15.º

1. O processo disciplinar, que se inicia pela nota de culpa, poderá ser antecedido, por inquérito com duração não superior a sessenta dias.
2. A nota de culpa será deduzida por escrito e notificado o infrator, através da correspondência registada com aviso de receção.
3. O arguido produzirá, se entender, a sua defesa no prazo máximo de dez dias úteis após a notificação.
4. A decisão será notificada ao arguido e comunicada à Direção.

Artigo 16.º

Das decisões condenatórias da Direção, cabe recurso para a Assembleia Geral que analisará em últimas instâncias.

CAPÍTULO V ÓRGÃOS SOCIAIS)

Artigo 17.º

São Corpos Gerentes da Associação:

1. Assembleia Geral;
2. Direção;
3. Conselho Fiscal.

Artigo 18.º

O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

Artigo 19.º

1. O mandato dos Órgãos Sociais tem a duração de cinco anos.
2. Os membros dos Órgãos Sociais mantêm-se em funções até à entrada dos eleitos em sua substituição.
3. Os membros dos Corpos Gerentes, só podem ser eleitos consecutivamente por dois mandatos para qualquer órgão da Associação, salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição.
4. É incompatível a eleição de um mesmo associado para mais de um órgão.



Artigo 20.º

Os corpos gerentes poderão ser remunerados pelas suas prestações de serviços

Artigo 21.º

1. Os associados podem fazer-se representar por outros associados nas reuniões de Assembleia Geral em caso de comprovada impossibilidade de comparência à reunião, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa com assinatura reconhecida notarialmente ou com a exibição do Cartão de Cidadão do representado, mas cada associado não poderá representar mais de um associado.
2. É admitido o voto por correspondência, sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos de ordem de trabalhos e a assinatura do associado se encontrar reconhecida notarialmente.

Artigo 22.º

Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva Mesa.

Artigo 23.º

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados efetivos que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.
2. A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa de Assembleia Geral que é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos em Assembleia, de entre os associados efetivos no pleno gozo dos direitos associativos.
3. Nas faltas e impedimentos do Presidente da mesa, será substituído pelo Vice-Presidente.

Artigo 24.º

1. Compete ao Presidente da Assembleia:
 - a) Convocar a Assembleia;
 - b) Abrir, suspender e encerrar as sessões de Assembleia;
 - c) Dirigir os trabalhos e encerrar as atas;
 - d) Assistir quando entender conveniente às reuniões da Direção;
 - e) Conferir posse à Mesa da Assembleia e aos Membros da Direção.
2. Compete aos Secretários coadjuvar o Presidente a redigir e assinar as atas.
3. Compete à Assembleia Geral:
 - a) Eleger os membros da Mesa de Assembleia, da Direção e do Conselho Fiscal;
 - b) Definir e aprovar planos e relatórios anuais da Associação;
 - c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação;
 - d) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos da Associação;
 - e) Fixar os valores da jôia de inscrição e da quota mínima mensal;
 - f) Proceder à exclusão de sócios, mediante proposta da Direção, em Assembleia Geral.



Artigo 25.º

1. A Assembleia Geral Ordinária é convocada pelo Presidente com a antecedência mínima de trinta dias e com a indicação da data, hora e local da reunião e da respetiva ordem de trabalhos.
2. A Assembleia Geral Extraordinária é convocada pelo Presidente, Direção, Conselho Fiscal ou por dois terços dos sócios efetivos, com a antecedência mínima de quinze dias e com a indicação da data, hora e local da reunião e respetiva ordem de trabalhos.
3. A convocação da Assembleia Geral faz-se mediante aviso postal expedido para cada associado ou publicado no Boletim da Associação ou afixado na sede.
4. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória, se estiverem presentes mais de metade dos Associados com direito a voto, ou uma hora depois, com qualquer número de presenças.
5. Nos casos das alíneas d) e f), do número 3 do artigo 24.º, as deliberações serão tomadas por voto favorável de pelo menos três quartos dos associados presentes.

Artigo 26.º

1. A Assembleia Geral reúne obrigatoriamente, em sessão ordinária, até 31 de Março de cada ano, para exercer as atribuições previstas na alínea b) do n.º3 do artigo 24.º.
2. A Assembleia Geral reúne também obrigatoriamente, em sessão ordinária, no último trimestre de cada ano para exercer as atribuições previstas na alínea c) do n.º3 do artigo 24.º.

Artigo 27.º

A eleição da Mesa da Assembleia e da Direção faz-se por lista completa e por escrutínio secreto, considerando-se eleita a lista que obtiver a maioria dos votos expressos.

Artigo 28.º

A Direção é constituída por um Presidente, um Vice-presidente e vogal eleito em Assembleia de entre os associados efetivos.

Artigo 29.º

Compete à Direção orientar a atividade da Associação, tomando e fazendo exercer as deliberações adequadas à realização dos seus objetivos, em especial:

- a) Dar execução às deliberações da Assembleia Geral;
- b) Praticar os atos de gestão que se tomem necessários;
- c) Representar legalmente a Associação;
- d) Elaborar e submeter anualmente, à Assembleia Geral o relatório de atividades e contas de gerência, bem como o programa e o orçamento do
- e) ano seguinte;
- f) Administrar os bens e gerir os fundos da Associação;



- g) Requerer ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocação de Assembleias Extraordinárias, sempre que necessário;
- h) Deliberar sobre a admissão de associados efetivos e honorários

Artigo 30.º

1. No prazo máximo de sessenta dias após a eleição, a Direção submeterá à aprovação da Assembleia Geral, reunida extraordinariamente, o plano de atividades e orçamento.
2. A Direção não pode tomar deliberações sem a presença da maioria dos seus membros.
3. As deliberações são tomadas por maioria de votos presentes, tendo o Presidente voto de desempate.
4. As deliberações devem constar de um livro de atas.
5. Para obrigar a Associação são necessárias as assinaturas de pelo menos dois membros da Direção.
6. A Direção elaborará o seu Regulamento Interno.

Artigo 31.º

1. O Conselho Fiscal é composto por três elementos, dos quais um Presidente e Vice-Presidente e um vogal.
2. No caso de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo Vice-Presidente

Artigo 32.º

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar a contabilidade da Associação, pelo menos uma vez por trimestre;
- b) Dar parecer sobre o relatório de atividades e contas de gerência e orçamento apresentados pela Direção, bem como qualquer assunto que a Direção julgue conveniente;
- c) Assistir às reuniões da Direção;
- d) Requerer ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, sempre que o julgue conveniente, a convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias;

Artigo 33.º

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do Presidente e obrigatoriamente, uma vez por ano.

Artigo 34.º

A nível local nacional a Associação poderá organizar-se em núcleos.

CAPÍTULO VI (RECURSOS FINANCEIROS)

Artigo 35.º

Constituem receitas da Associação:

- a) A jóia de inscrição dos associados;
- b) As quotizações;
- c) O produto de publicações e outras atividades desenvolvidas;



d) As receitas resultantes das ações;

- e) Os legados, donativos e subsídios que lhe sejam atribuídos;
- f) as candidaturas a financiamentos nacionais, comunitários e internacionais
- g) as prestações de serviços resultantes das parcerias estabelecidas

Artigo 36.º

As receitas terão aplicação na cobertura de despesas de gestão, destinando-se os saldos aos fins deliberados pela Assembleia Geral que aprove os orçamentos.

CAPÍTULO VII (ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS E DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO)

Artigo 37.º

Os estatutos da Associação só podem ser alterados por deliberação de pelo menos três quartos dos associados presentes em Assembleia-geral convocada expressamente para o efeito.

Artigo 38.º

A Associação só poderá ser dissolvida em Assembleia-geral expressamente convocada para o efeito, que deliberará por maioria de três quartos dos associados.

Artigo 39.º

Todos os casos omissos estatutariamente serão resolvidos nos termos das disposições legais aplicáveis às Associações, das normas regulamentares e pelas deliberações da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII (DISPOSIÇÕES GERAIS)

Artigo 40.º

Os presentes estatutos só poderão ser alterados em Assembleia Geral, expressamente convocada para o efeito.

Artigo 41.º

Os casos omissos serão resolvidos em Assembleia Geral.

Castelo Branco, 1 de março de 2014

